

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Marcos Macari

Diretor-Presidente
José Castilho Marques Neto

Editor Executivo
Jézia Hernani Bomfim Gutierre

Assessor Editorial
João Luís C. T. Ceccantini

Conselho Editorial Acadêmico
Antonio Celso Ferreira
Cláudio Antonio Rabello Coelho
Elizabeth Berwerth Stucchi

Kester Carrara
Marla do Rosário Longo Mortalli
Marla Encarnação Beltrão Sposito

Marla Heloísa Martins Dias
Mario Fernando Bolognesi
Paulo José Brando Santilli
Roberto André Kroenkel

Editora Assistente
Denise Katchuan Dognini

Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke

Gilberto Freyre

Um vitoriano dos trópicos

O novo paradigma: Freyre e seus interlocutores

"... cada nação, cada geração, cada indivíduo ... tem, não direi de *criar* – porque no mundo da cultura *não se cria* de modo absoluto, os próprios gênios, como Shakespeare, sendo grandes plagiários, quando não de outros poetas, do povo ou do folclore, em geral – mas como que de *recriar* sua própria cultura, reformando, ou mesmo deformando os valores recebidos de outros povos, de outras gerações, de outros indivíduos."

Freyre (1924)

"And he [Walter Pater] brings out, too, with great skill, that Raphael was always in his own thought a learner, with no desperate prejudice for originality, always open to influence, yet transfiguring and transmuting influence into higher and higher conceptions of his own."

A. C. Benson (1911, p.160)¹

Em seu livro seminal de 1962, *The Structure of Scientific Revolutions*, Thomas Kuhn desenvolveu a idéia de que em ciência as grandes inovações surgem com dificuldade e sempre enfrentam resistência. As anomalias que geram crise são toleradas por muito tempo e acabam sendo ocasião para inventar um novo paradigma. Até os próprios cientistas inovadores resistem à idéia de que o antigo paradigma consagrado não

¹ Trecho da biografia de Walter Pater, por A. C. Benson, lido e grifado por Freyre em março de 1922.

dá conta dos novos fatos – as “anomalias” – que contradizem as expectativas da “ciência normal”. Apesar de Kuhn estar-se referindo a mudanças em quadros conceituais e instrumentais específicos, das quais resultam revoluções científicas, uma analogia com o processo de inovação intelectual parece não só pertinente, mas também iluminadora.

Uma “precondição necessária” para a emergência de um novo paradigma, diz Kuhn, é a ocorrência de crises. Mas o novo paradigma não se impõe de imediato aos cientistas que atravessam uma crise. Por algum tempo, continuam a trabalhar com o antigo, mesmo que ele se apresente mais e mais “borrado” e insatisfatório. Como Kuhn argumenta, “do mesmo modo que os artistas, os cientistas criativos” precisam ter a habilidade de tolerar uma crise e mover-se “num mundo desconjuntado”. Eles vivem, pois, nessa “tensão essencial”, até que chega o momento em que, de modos talvez para sempre “inescrutáveis”, inventam um novo paradigma, que novamente dá pleno sentido àquele “mundo desconjuntado” (Kuhn, 1962, p.64-5, 77-90, e passim).

A trajetória percorrida por Gilberto Freyre desde sua chegada a Baylor até a “revolução cultural” que realizou no Brasil em 1933 parece ilustrar, num sentido amplo, as etapas mencionadas por Thomas Kuhn. O paradigma racista forneceu a Freyre, por alguns anos, um padrão com que se relacionar com o mundo. Mesmo quando alguns dados não se encaixavam nesse padrão, como, por exemplo, a “excelência” da arte produzida por René Maran, um indivíduo da chamada “raça inferior”, o paradigma momentaneamente se enfraquecia, mas ainda se mantinha coeso. Uma prova para o curso do prof. Giddings (Sociology 255), que Freyre freqüentou no inverno de 1921, revela que ao mesmo tempo em que era manipulado, por assim dizer, pelo mendelismo grosseiro de Grant e Stoddard, também estava sendo exposto em sala de aula a um mendelismo mais sofisticado e complexo, fato que, naquele momento, só devia aumentar sua confusão e incerteza.² O ponto alto da crise que

2 Reprodução de uma prova de Gilberto Freyre na Universidade de Columbia, outubro de 1921, AFGF. As questões a ser respondidas eram: “What is meant by the expression ‘non-inheritance of acquired characteristics’? What is the phenomenon ‘mendelian A’? What is mutation and what is fluctuation? What are the usual major consequences of hybridizing?”. Na resposta a esta última questão fica evidente que Freyre estava tomando contato com as idéias de William Bateson – o naturalista inglês que, em 1900, redescobria as leis de Mendel sobre a hereditariedade das plantas – que, assim como Galton, problematizava a direta aplicação das leis de Mendel ao desenvolvimento humano (cf. Black, 2003, p.26-8, 411-2): “Against the popular idea that cross-breeding always eliminates the good qualities of the two breeds is Bateson’s view; *apud* Conklin’s *The Direction of Human Evolution*: ‘where two breeds have certain qualities which are desirable and others which are undesirable, it is often possible by crossing them to get a few hybrids in which the good qualities of both breeds are combined and the bad ones eliminated’”.

levaria Freyre a finalmente abandonar seu velho paradigma foi o reconhecimento de que, em consequência do próprio desenvolvimento do racismo científico, o que antes era considerado solução para o problema racial – o branqueamento – passava a ser mais um grande problema racial a ser enfrentado.

Nesse ponto, uma dificuldade maior deve ser apontada. Se for verdade, como argumenta Kuhn, que para a total rejeição de um paradigma há necessidade de que exista outro para ocupar-lhe o lugar, então Freyre deve ter-se visto, no final de 1926, diante de uma situação ao mesmo tempo desafiadora e inquietante: ter de inventar, ele próprio, um novo paradigma. Aí estava, provavelmente, a causa de seu “Rimbaud mood”.

Mas ele tinha muitas das características arroladas por Kuhn (1962, p.23, 89-90, 151-2, 164-5) como propícias para se tornar o proponente de um novo “modelo ou padrão” de pensamento: era jovem, não estava estabelecido no campo onde iria atuar e não tivera um treinamento acadêmico muito sistemático ou rígido. A esse respeito, é muito apropriada a caracterização de Freyre como um intelectual que, apesar de ter recebido formação acadêmica convencional, impunha-se como “autodidata” (Miceli, 1989, p.102-3).³ Um primeiro passo em direção a um novo paradigma fora dado em setembro de 1926 quando ele teve, por assim dizer, o *insight* de que o elemento africano existe em todo brasileiro e vislumbrou, a partir daí, mais do que em qualquer outro momento antes, no meu entender, a idéia de que a mestiçagem não só é etnicamente positiva e bela como é também culturalmente enriquecedora. Mas se esse reconhecimento, que compartilhava com outros, como ele mesmo admitiu, era essencial para ver as coisas “deste delicioso Brasil” com os olhos de brasileiro, a construção de um novo paradigma para repensar o

brira as leis de Mendel sobre a hereditariedade das plantas – que, assim como Galton, problematizava a direta aplicação das leis de Mendel ao desenvolvimento humano (cf. Black, 2003, p.26-8, 411-2): “Against the popular idea that cross-breeding always eliminates the good qualities of the two breeds is Bateson’s view; *apud* Conklin’s *The Direction of Human Evolution*: ‘where two breeds have certain qualities which are desirable and others which are undesirable, it is often possible by crossing them to get a few hybrids in which the good qualities of both breeds are combined and the bad ones eliminated’”.

3 É interessante lembrar que Freyre se referiu a Sérgio Buarque de Holanda e a Caio Prado Junior como historiadores que, como ele, também eram sociólogos (cf. Freyre, 1945b, p.404).

país exigia muito mais. Daí, pois, sua confessada determinação de “só ler e estudar” por vários anos.⁴ Era como se Freyre estivesse seguindo as sugestões de Lafcadio Hearn em *Life and Literature*, um dos muitos livros desse autor lido pelo jovem estudante no seu período formativo, como vimos anteriormente. Em várias passagens dessa obra, Hearn instava os candidatos a autor a ser pacientes e a se preparar para as dificuldades que iriam encontrar em seu caminho. “Acima de tudo, não imaginem que qualquer bom trabalho possa ser feito sem esforços imensos”, diz o autor de *Two Years in the West Indies* (Hearn, 1917, p.45-6 e passim), repetindo, por assim dizer, os mesmos conselhos que Nietzsche dera aos que, iludidos com seus talentos ou dons inatos, pretendiam tornar-se “gênios” sem grande esforço. Como vimos, ele lhes advertira que tinham de se dar “tempo para isso”, aprendendo primeiro “a construir perfeitamente as partes antes de ousar fazer um grande todo”.⁵ Talvez mais pertinente ainda para Freyre em face do trabalho de elaboração daquele *insight* fosse o que Chesterton dissera em seu *Orthodoxy*, em trecho que assinalou no livro comprado em Nova York na primavera de 1921: somente quando o que nos norteia são “idéias velhas” podemos agir rapidamente; mas “idéias novas” nos impõem, por assim dizer, um ritmo mais lento (Chesterton, 1921, p.200).⁶

A inspiração antropológica: Roquette-Pinto

A importância de alguns pensadores britânicos no processo de liberação dos preconceitos racistas que impediam Freyre de absorver os ensinamentos de Franz Boas, explorar sua distinção entre raça e cultura e criar, juntamente com outros elementos, um novo paradigma, já foi anteriormente anunciada. No entanto, antes de explicitarmos mais essa contribuição dos britânicos para a formação do autor de *Casa-grande & senzala*, importa salientar a contribuição de um antropólogo brasileiro

4 Carta de G. Freyre a A. J. Armstrong, 3/3/1931, Armstrong Papers. Para a proposta de se substituir o termo “hibridismo” e miscigenação por “criolização”, por ser este um termo que não sugere “herança biológica”, ver Rörig Assunção, 2005, p.33-4.

5 Cf. capítulo I.

6 Livro autografado “Gilberto Freyre, New York, Spring’21”.

em especial, Edgar Roquette-Pinto, cujos trabalhos, lidos no final da década de 1920, foram também essenciais para sua trajetória. Ainda que contribuindo cada um a seu modo, todos esses interlocutores, em conjunto, teriam preparado Freyre para que, finalmente, ele pudesse sair de seu “Rimbaud mood” e – repetindo a mudança revolucionária que Franz Boas provocara no paradigma antropológico – inventar o paradigma com que iria inovar a interpretação do Brasil.⁷

Uma das mais conhecidas e memoráveis passagens do primeiro prefácio de *Casa-grande & senzala* é o trecho em que Freyre menciona o mal-estar que sentira ao cruzar com “um bando de marinheiros nacionais – mulatos e cafuzos” nas ruas de Nova York. “Deram-me a impressão de caricaturas de homens”, confessa. Tal confissão tinha por objetivo explicitar, de um lado, que a miscigenação era, entre as muitas “questões seculares” de cuja solução dependiam os destinos da nação, a que mais o inquietava no início dos anos 1920; e, de outro, salientar que a solução que apresentaria naquele “ensaio” se devia ao uso dos ensinamentos de Franz Boas, o “mestre” que havia sido o responsável pela mudança de um aspecto central de sua concepção de mundo. Com o professor de Columbia ele aprendera “a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio” (Freyre, 2002, p.7).

Esse aprendizado, no entanto, como procuramos demonstrar ao longo do terceiro capítulo, não se deu de imediato ou sem grandes conflitos como essas palavras de Freyre poderiam levar a crer. Refazendo a história de trás para frente, o que é tão usual e talvez até de todo inevitável quando se trata de reconstituir nossos passos, ele antecipa uma influência que levou tempo a se fazer efetivamente sentir, sugerindo que o impacto desse “mestre” se dera desde que o conhecera, como diz, “nos meus primeiros dias em Columbia” e tão logo estudara antropologia sob sua “orientação”. Como já foi apontado, esse desagradável encontro com o bando de marinheiros do navio Minas foi relatado a Oliveira Lima

7 Sobre a mudança do paradigma antropológico feita por Boas e seus discípulos, ver Stocking, Jr. (1992, p.352-3).

na mesma carta em que Freyre o aconselhava a ler as obras de Madison Grant e Lothrop Stoddard, que veiculavam idéias que reforçavam o paradigma que por algum tempo iria nortear muitas de suas observações.

Nessa mesma passagem do prefácio em que a filiação a Boas era explicitada pela primeira vez, há, no entanto, um trecho em que Freyre faz outra afirmação bastante reveladora. Lembrando sua experiência diante desses brasileiros escuros, cujo aspecto “apavorante” decorria da mistura racial – “a miscigenação resultava naquilo” –, Freyre então acrescentara: “Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos *doentes*”.

Essa afirmação, que tende a ser negligenciada e obscurecida pela tão alardeada e repetida filiação a Boas que era ali pela primeira vez salientada, deixa entrever que Edgar Roquette-Pinto teria também contribuído para que Freyre finalmente se transformasse no discípulo de Franz Boas.⁸ Levando-se em conta outros indícios significativos, é lícito argumentar que, além de fornecer a Freyre dados de valor científico sobre a presença dos indígenas no desenvolvimento da sociedade brasileira e ser seu colaborador no Primeiro Congresso Afro-Brasileiro de 1934 e seu colega signatário do *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros contra o Racismo* de 1935, Roquette-Pinto também fez para Freyre o que já fizera para os arianistas do congresso de eugenia em 1929.⁹ Numa época em que o jovem pernambucano estava inquieto e tentando se definir em face das múltiplas e contraditórias leituras, experiências e modelos que povoavam sua mente, os trabalhos de Edgar Roquette-Pinto – que Freyre deve ter descoberto após sua chegada ao Rio em agosto de 1926, por intermédio de seu amigo Rüdiger Bilden – teriam contribuído para que

8 T. Skidmore é um dos estudiosos que têm salientado a ligação de Freyre com os investigadores brasileiros que lhe forneceram evidência científica, sem o que sua obra de 1933 não teria tido o peso que teve (cf. Skidmore, 1993, p. 191, 274 e passim).

9 Além de obras de Roquette-Pinto, Freyre se refere em *Casa-grande & senzala* a textos impressos nas *Atas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio, 1929 (“Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil” de Roquette-Pinto e “Casamento e Eugenia” de Joaquim Moreira da Fonseca).

percebesse o caráter não-científico do racismo que admirara, passando a ver a miscigenação de uma nova perspectiva. A dedicatória da segunda edição do seu *Sociologia* à memória do “maior mestre de Antropologia que já teve o Brasil” poderia ser lida como uma forma de reiterar sua dívida para com Roquette-Pinto, então recentemente falecido; algo muito justo e necessário, como diria em outra ocasião, pois o Brasil, que prima “em não tomar conhecimento” de seus “profetas”, não “soube fazer justiça” a Roquette-Pinto (Freyre, 1957b, p.101; 1980, p.92-3). Era como se Freyre estivesse reconhecendo novamente em Roquette-Pinto um importante interlocutor e, ao mesmo tempo, atribuindo o descaso de que esse antropólogo brasileiro era objeto a uma espécie de *Matthew effect*, de que fala Robert Merton (1969).¹⁰

A indicar que isso de fato ocorreu, a já mencionada carta a seu amigo e confidente Armstrong fornece sinais bastante indicativos. Na mesma ocasião em que, fazendo um ligeiro balanço de sua vida, Freyre se referiu ao “Rimbaud mood” em que caíra durante o ano de 1926, ele também confessou ao amigo de Waco que esse estado de espírito coincidia com sua decisão de concentrar-se em leitura e estudos, sobretudo de temas antropológicos e etnográficos: “somente li e estudei, especialmente etnografia e antropologia brasileira”.¹¹ Tal decisão pode ser corroborada por duas cartas em que Freyre pediu auxílio a Manuel Bandeira. Em 1929, por exemplo, pede que o amigo do Rio procure descobrir mais material etnográfico sobre o Brasil: “livros alemães de etnografia sobre o Brasil” talvez existissem na Biblioteca Nacional e Roquette-Pinto talvez tivesse mais material sobre cantigas índias e sua sobrevivência “no

10 A prática de dar crédito a certos cientistas (de reputação consagrada) e não a outros (ainda não consagrados) por realizações científicas em que todos foram colaboradores, foi descrita por Merton como “o efeito Mateus” porque as palavras de São Mateus, na “Parábola dos dez talentos”, exprimem com eloquência esse fenômeno comum da história da ciência: “Porque a qualquer que tiver será dado, e terá em abundância; mas ao que não tiver até o que tem ser-lhe-á tirado”. No caso do descaso por Roquette-Pinto, Freyre estava a aludir ao que via como um traço caracteristicamente brasileiro: não tomar conhecimento de seus profetas, só os reconhecendo, eventualmente, após eles terem sido aclamados pelos estrangeiros. O mesmo poderia ser dito do relativo descaso do papel de Roquette-Pinto na trajetória de Gilberto Freyre: enquanto o papel de Franz Boas foi sempre reconhecido, o do antropólogo brasileiro tendeu a ficar obscurecido (cf. Freyre, 1980, p.92-3).

11 Carta de G. Freyre a A. J. Armstrong, de Lisboa, 3/3/1931, Armstrong Papers.

moderno canto infantil brasileiro”, assunto que ele já lera no seu *Rondonia*. Que também procurasse ver se havia no Museu Nacional (onde Roquette Pinto era diretor) mais material “a respeito”. E no início de 1931, do exílio em Lisboa – para onde fora desprevenido e sem os “meus irmãos, os livros”, como lamentava – Freyre escreve novamente a Manuel Bandeira pedindo que lhe enviasse material para as aulas que fora convidado a dar em Stanford, mencionando especificamente, como livros de “grande interesse”, “os de Roquette-Pinto, Heloísa Torres, Fróes da Fonseca (antropometria), inquéritos de Mello Antipoff e outros em Minas Gerais”.¹²

A importância da “evidência científica” que Freyre apresentara em sua obra de 1933 já foi muito bem assinalada por Thomas Skidmore (1993, p.191, 274). Sem os dados dos cientistas brasileiros de várias áreas – nutrição, antropologia, medicina, psicologia, sociologia e agronomia – que apontavam os problemas sociais e não a raça como responsáveis pelos males do país, teria sido impossível *Casa-grande & senzala* exercer a “extraordinária influência” que exerceu. Mais ainda, diria que alguns desses dados teriam primeiramente convencido o próprio Freyre da falácia do racismo científico que antes admirara. Em especial, as idéias de Roquette-Pinto e dos que a ele se filiavam, como Fróes da Fonseca (que o apoiou na crítica aos “arianistas” presentes no Congresso de 1929) e Heloísa Alberto Torres (que estudava o papel da mulher índia no desenvolvimento da arte da cerâmica brasileira), parecem ter causado forte impressão em Freyre no final da década de 1920.¹³ A confirmar

12 Cartas de G. Freyre a M. Bandeira, Recife, 6/12/1929; Lisboa, s.d. (ca. fevereiro 1931), AFGF; sobre sua preocupação com os livros que tivera de deixar e a falta que lhe faziam no exílio, ver cartas de G. Freyre a seu pai, Alfredo Freyre, 11/12/1930; 2/1/1931; 27/1/1931; 14/2/1931; 16/2/1931; 4/5/1931, AFGF.

13 Em *Casa-grande & senzala* há referências a “Cerâmica de Marajó” de Heloísa A. Torres e a *Seixos rolados* (1927), *Rondonia* (1917), “Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil” em *Arquivo do Museu Nacional*, v.XXX, Rio, e “Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil”, em *Atas e Trabalhos, I Congresso Brasileiro de Eugenia*, Rio, 1929 de Roquette-Pinto. Em “Como e porque escrevi *Casa-grande & senzala*” (1968) Freyre reconhece Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca como “os dois maiores mestres brasileiros da Antropologia chamada física” que deram à sua obra de 1933 uma “acolhida ... além de generosa, inteligente, lúcida” (cf. reimpressão em Freyre, 2002, p.717). Fróes da Fonseca, que apoiara Roquette-Pinto no congresso (cf. Stepan, 1991, p.162) iria escrever o prefácio ao livro de

tal fato, devemos lembrar que a primeira edição do livro *Sociologia*, em 1945, foi dedicada a Heloísa Alberto Torres que, ao lado de Roquette-Pinto, como Freyre admitiu, sempre dera “estímulo valioso” para seus estudos de sociologia (Freyre, 1957, p.101).

Seixos rolados (1927) e outros textos de Roquette-Pinto, muitos deles provocados pelos debates sobre eugenia e sobre imigração que se travaram no Brasil, podem, na verdade, ser lidos como uma contestação brasileira às soluções propostas por Grant, Stoddard, Davenport e todos aqueles que os seguiam dentro e fora dos Estados Unidos. Como o próprio Freyre reconheceu e apontou em *Sobrados e mucambos*, Roquette-Pinto estudava o problema da raça “do ponto de vista brasileiro e dentro das constantes da formação brasileira” (2000c, p.691). E sua respeitabilidade científica ganhava relevo, diria Freyre mais tarde em seu diário-memória, quando se comparavam suas idéias com a de tantos especialistas brasileiros (em biologia, economia, psicologia, antropologia etc.) que produziam freqüentemente ciências deformadas. “Deformações acompanhadas de muita vaidade, muita petulância, muita ênfase” (Freyre, 1975, p.234-5).

Com a autoridade de um cientista de prestígio, dedicado havia anos a estudos etnográficos e antropológicos, Roquette-Pinto tratava em seus textos de muitas das mesmas questões com que Freyre se confrontara no estrangeiro, delas tirando, entretanto, conclusões mais ou menos opostas às de muitos cientistas de renome que as abordavam. A eugenia, por exemplo, dizia Roquette-Pinto, está longe de ser uma ciência madura e o calor das discussões que provoca dá testemunho disso. Um dos motivos que explicam tal imaturidade é que por mais bem-intencionados que sejam os estudiosos dos problemas humanos, eles dificultam e “baralham todas as coisas” por interferir, como “próprios objetos de estudo”, nas soluções que propõem. Muitas idéias e propostas eugenistas para o melhoramento da raça são feitas por “eugenistas apressados” a quem faltam documentações, provas e experimentos, mas não preconcei-

Freyre de 1963, *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, onde fala sobre “a indissolubilidade do binômio indivíduo-meio” e da “personalidade luso-brasilica e ambiência trópico-brasilica” (cf. Freyre, 1979d, p.XLIII).

tos. Enfim, a dificuldade da eugenia é que ela “está, exatamente, na ponte que liga a biologia às questões sociais, à política, à religião, à filosofia e ... aos preconceitos” (Roquette-Pinto, 1927, p.165-6; 1978, p.43).¹⁴

Apoiando-se na argumentação desenvolvida por cientistas renomados e, em especial, pelo biólogo H. S. Jennings em seu *Prometheus* – livro que Freyre inclui na bibliografia de *Casa-grande & senzala* –, Roquette-Pinto defendia a necessidade de maior humildade científica por parte dos eugenistas empenhados no melhoramento da espécie pela seleção, chegando a levantar a seguinte questão crucial: “Multiplicar os melhores ... Mas, quais são os melhores?” (1978, p.55). Pergunta semelhante fazia Boas, na mesma época, aos eugenistas determinados a eliminar os elementos “inadequados” da sociedade e a incrementar os “melhores”: “quais são os melhores traços a cultivar? Se for questão de criar galinhas ou milho indiano nós sabemos o que queremos. Nós desejamos muitos ovos de bom peso ou uma grande produção de bom milho. Mas o que queremos do homem?” (1929, p.113).

Em seu livro, Jennings se referia ao que Kuhn depois apontaria como um dos “principais meios pelos quais a ciência normal” mantém sua autoridade: os “livros-texto” que, como que petrificando as confiantes conclusões de uma determinada etapa do conhecimento, deixam de lado as “anomalias” que não se encaixam na teoria. Ciente de estar vivendo os preâmbulos de uma crise que poderia determinar o surgimento de um novo paradigma no campo da genética, o conceituado professor da Johns Hopkins University e dissidente da corrente ortodoxa afirmava que “a galinha da teoria mendeliana produziu uma ninhada de cisnes”; ou seja, os novos dados que contradizem a ciência estabelecida foram crescendo, mas há grande resistência contra a revisão da teoria (Jennings, ca.1925, p.5-7).¹⁵ Seguramente Jennings estava aludindo à atitude defensiva de seu antigo professor Davenport e seus correligio-

14 Assim como *Seixos rolados*, o *Ensaio de antropologia brasileira* reúne textos esparsos, publicados originalmente em jornais, revistas e anais de várias datas, que nem sempre são especificadas. O texto onde aparece a citação sobre a eugenia como “ponte” foi escrito “no fim do segundo dia de trabalho do Congresso de Eugenia, em julho de 1929”, como afirma o autor.

15 Sobre Jennings e seu trabalho, ver Sapp (1987, p.90-8, 223-5); Sonneborn (1975, p.47, 142-223).

nários, que se mantinham surdos às críticas feitas por ele e outros geneticistas e biólogos aos dados pretensamente científicos alardeados como justificativas para as campanhas antiimigração e as medidas eugênicas, como a esterilização dos chamados deficientes e a proibição de casamentos inter-raciais (Black, 2003, p.202; Ludmerer, 1972, p.121-34). Como consequência dessa resistência da ciência estabelecida à revisão de suas idéias, “o que entrou na consciência popular como mendelismo – ainda apresentado no evangelho biológico convencional – tornou-se grotescamente inadequado e enganador”, argumentava Jennings (ca. 1925, p.5-7, 11). Muito mais complexa e desconhecida do que os eugenistas supõem, a reprodução humana não permite que se faça com os homens o que se faz com as “maças” ou as “laranjas”, diz Jennings (ibidem, p.73) com linguagem vívida. Revelando a presença do lamarckismo, na sua versão moderna não-reducionista, em suas idéias e experimentos, Jennings salientava a interação entre os genes e o ambiente bem como a impossibilidade prática, para a infelicidade de muitos, como dizia com ironia, de multiplicar tipos humanos tidos como valiosos e suprimir os demais (ibidem, p.86-90).¹⁶

Entre as muitas falácias do mendelismo, tal como estava sendo entendido e praticado, estava a idéia de que “a hereditariedade é certa, fixa, imutável”, quaisquer que sejam as condições em que a reprodução ocorra. Ora, afirmava Jennings, quando se aplica tal falácia às discussões atuais sobre os problemas raciais ela adquire ainda maior força e provoca “desastre gigantesco” nas medidas eugênicas que propõe, salvo nos limitados casos “obviamente patológicos” em que elas têm um efeito paliativo. Pois não há como negar, argumentava Jennings, que não seja uma “biologia falsa” a idéia de que os defeitos e doenças que porventura os novos imigrantes tenham passado para as próximas gerações. De acordo com essa biologia tão alardeada, conclui Jennings, “a hereditariedade é considerada toda-poderosa; o ambiente como quase impotente: uma falácia viciosa, não apoiada pelos resultados das investigações” (ibidem, p.65-6, 79, passim).

16 Sobre suas idéias a respeito das características herdadas do homem e o ambiente, ver cap. 2; sobre a influência do lamarckismo em Jennings, ver Sonneborn (1975).

Não tão contundente talvez como Jennings, Roquette-Pinto também questionava a base científica de muitas noções difundidas como comprovadas pela ciência. Apresentando dados criteriosos de algumas pesquisas recentes e retomando Galton, Mendel, além do próprio Jennings e cientistas e antropólogos mais novos, como Frank Hankins, Karl Pearson, Edwin Clonkin, Eugen Fisher e Melville Herskovits – muitos dos quais iriam ser referidos por Freyre em *Casa-grande & senzala* e em *Sobrados e mucambos* –, Roquette-Pinto acabava por mostrar como as ciências que tratavam da hereditariedade e das questões raciais ainda tinham muitos pontos obscuros e controversos. Como dizia, “nas explicações do abade [Mendel] há, mesmo, demasiada metafísica...”. O próprio conceito de hierarquia das raças, uma das noções centrais a que faltam sólidos fundamentos, é, na verdade, um dos “temas prediletos do diletantismo científico”, afirmava Roquette-Pinto. As obras dos que cantam o “hino teutônico”, como Gobineau, Chamberlain e Keyserling, nada mais são do que “volumes difusos e loquazes, exibicionistas, cheios de ciência de enciclopédia barata, sem espírito crítico definido, eivados de preconceitos”. Num momento de humor, Roquette-Pinto até chega a dizer que a crença de que “só os louros nórdicos são gente boa” pode não ser pecado, mas certamente “é estupidez” (1927, p.61, 287, 168-200; 1978, p.72-3, 60).

Mais seriamente, Melville Herskovits, um dos discípulos de Boas a quem este, quando muito ocupado, delegava a tarefa de se opor ao que chamava de “A tolice nórdica” (Jackson, 1986, p.99), levantava sobre o mesmo assunto as seguintes questões:

Na verdade, como podemos falar tão confiantemente sobre as diferenças psicológicas entre os nórdicos e os mediterrâneos, quando até as diferenças físicas entre os dois ainda não foram estabelecidas? Como podemos falar sobre a qualidade de louro superior dos nórdicos quando a quantidade de pigmentação preta em muitos brancos é sabidamente maior do que em muitos negros? Como podemos falar de estirpe “pura”, quando até a mais arbitrária classificação com base em características selecionadas não mostra pureza em nenhum lugar?” (Herskovits, 1924, p.210).

É nesse quadro, a exigir cautela e moderação, que Roquette-Pinto trata da questão da mestiçagem. Em vários de seus textos desenvolve o

que anunciara comovido quando comentou sua viagem de observação científica a Rondônia: de lá voltara, como diz, “com a alma refeita, confiante em sua gente, que alguns acreditam fraca e incapaz, por que é povo ‘magro e feio’ ... São feios, efetivamente, aqueles sertanejos ... pequenos e magros, enfermos e inestéticos”, mas, apesar de tudo, heroicamente “fortes” para estar “conquistando as terras áspers” (1919, p.VIII-IX).

É, assim, com insistência que Roquette-Pinto enfatiza a falta de fundamento científico para a tese da “degeneração” dos mestiços. Dizendo que “eugenistas apressados” também eram divulgados no Brasil – como John Alfred Mjoen, cujo livro *Cruzamento de raças* fora traduzido pelo eugenista brasileiro Renato Kehl –, ele insiste na necessidade, apontada por Jennings, de exigir evidências e experimentos rigorosos antes de se ter como certo o que envolve tanto de duvidoso. “Seria interminável escrever a lista dos que têm malsinado os cruzamentos de raças distantes; mas é fácilimo contrapor autoridades, uma a uma. Porque o número dos contrários é igualmente farto. Só agora, de fato, começa o estudo objetivo, documentado da questão. O que se sabe até hoje, de acordo com tal documentação, é antes favorável ao cruzamento”. Mas há uma coisa que não se pode esquecer “na apreciação antropológica dos mestiços”: muitas vezes o que se toma como homens “degenerados” não passa de “homens doentes”. Em vez de ser exemplos de “inferioridade” racial, eles são, na verdade, testemunhas de condições sociais sofríveis a exigirem melhoria. São, enfim, como Roquette-Pinto tantas vezes insistiu, indivíduos deficientes devido a “causas patológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da antropologia. É questão de política sanitária e educativa” (Roquette-Pinto, 1927, p.200-1; 1978, p.51-3, 106).

Continuando a tradição de reconhecer a “grande dívida” que a nação tem para com os índios, Roquette-Pinto enaltecia tanto o negro (de quem o branco “bebeu o suor”, devendo-lhe justiça) quanto o “mulato caluniado” e desqualificava o branqueamento como solução da questão racial, mas não pelos motivos alegados pelo racismo científico de Grant, Stoddard, Davenport e tantos outros (cf. Cunha, 1986, p.160; Roquette-Pinto, 1927, p.56, 195). Nem também pelo arrazoado de Franz Boas que, como vimos, acreditava que diante da “tendência hu-

mana” de se organizar em grupos e de proteger-se contra o que vê como outros grupos pretensamente hostis, a solução da questão racial era, por assim dizer, embaralhar as cores.

Citando Agassiz, o autor usado por Stoddard para reforçar o argumento dos efeitos desastrosos da miscigenação, Roquette-Pinto considerava “mistura racial” uma expressão errônea, já que “a mestiçagem é antes combinação” e, argumentava, não causa a degeneração das raças, como muitos cientistas apressados alardeiam. O mesmo trecho em que o observador suíço apontava o Brasil como exemplo de um país condenado aparecia no texto de Roquette-Pinto como ilustração do preconceito que toma ares de ciência. “Agassiz nasceu na Suíça, mas, quando escreveu isso, era professor nos Estados Unidos, onde se linchava um negro com a mesma facilidade com que se mata um mosquito ...” (Roquette-Pinto, 1927, p.56, 195, 287; 1978, p.23, 106).

Assim, o que teria Freyre aprendido com Roquette-Pinto no final da década de 1920? Provavelmente a grande lição que o jovem “Rimbaud do Recife” recebeu do ilustre antropólogo foi a que enfatizava a falta de fundamentação científica para posições dogmáticas e extremadas no que diz respeito a questões raciais. Essa lição iria definitivamente reforçar a idéia na qual o próprio Franz Boas constantemente insistia, e da qual Freyre, após lê-lo e relê-lo atentamente, deve ter-se convencido: a inexistência de provas convincentes e substanciais para os pressupostos das teorias raciais e eugênicas em voga, já que ainda havia muitas questões em aberto e muito de duvidoso e hipotético acerca de ser a hereditariedade ou o ambiente o fator determinante de vários aspectos do homem – suas atitudes mentais, seu aspecto físico, suas “chamadas reações instintivas”, seu temperamento, inteligência, habilidades etc. No final da década de 1920, em seu *Anthropology and Modern Life*, o professor de Columbia ainda insistia em que na questão de importância fundamental – “saber o que é hereditário e não” –, havia ainda muita coisa não esclarecida. O que faltava, no entanto, a muitos eugenistas, era a determinação de fazer pesquisas desinteressadas que fossem adequadamente provadas sob controle de rígidos critérios científicos.

Assim, ambos os antropólogos, o de Columbia e o do Rio de Janeiro, referiam-se a estudos em andamento que, se não chegavam a uma

solução final e definitiva, mostravam, no entanto, ser muito provável, salvo prova em contrário, que as características herdadas fossem “irrelevantes quando comparadas com as condições sociais”. Como Boas afirmou,

é um fato observado que os mais diversos tipos de homem podem se adaptar às mesmas formas de vida e, a não ser que o contrário seja provado, devemos assumir que todas as atividades complexas são socialmente determinadas, e não hereditárias; que uma mudança nas condições sociais muda todo o caráter das atividades sociais sem influenciar em nada as características hereditárias do grupo de indivíduos em questão. Desse modo, quando se faz uma tentativa de provar que defeitos ou pontos de excelência são hereditários, é essencial que todas as possibilidades de uma repetição de traços ancestrais determinada puramente pelas condições ambientais ou sociais sejam excluídas.¹⁷

Refletindo especificamente sobre o caso brasileiro, Roquette-Pinto deslocava o que fora tradicionalmente proposto como o cerne da questão e descartava o branqueamento como solução para o atraso do país porque, como insistia, o problema a ser solucionado não era racial, mas sim social, ambiental. Era essa, na verdade, argumentava ele, uma das conclusões a que levava o próprio conceito de ecologia, no sentido amplo proposto por Morselli, o de ciência que trata da “harmonia di tutto il creato”. Os naturalistas modernos que fazem seus estudos utilizando esse tão útil conceito são levados a reabilitar as “construções geniais de Lamarck” e a aceitar a “insofismável influência do meio, gerando a adaptação dos organismos”. É por isso que Roquette-Pinto (1927, p.275-7) chega a afirmar que “hoje ... o neo-lamarckismo passou a dominar”. Convenhamos, dizia ele, há muito de “preconceito disfarçado ou manifesto” nas discussões sobre as prementes questões nacionais; mas o fato é que “o problema nacional não é transformar os mestiços do Brasil em gente branca. O nosso problema é a educação dos que ali se

17 Sobre a insistência com que Boas fala em “questões em aberto”, na necessidade de “bons fundamentos” e pesquisas imparciais sobre o que se deve e não se deve à hereditariedade, ver Boas (1921a, p.387, 389; 1921b; 1924, p.163, 165 e passim; 1929, p.57, 108, 103-19 e passim).

acham, claros ou do escuros...". Em outras palavras, não sendo mais entendida como um mal a ser sanado, a mestiçagem brasileira tornava irrelevante a questão do branqueamento ou do escurecimento da população brasileira (ibidem, p.61).

A preocupação de Roquette-Pinto de divulgar os resultados das pesquisas antropológicas a fim de desmentir e desmoralizar os pessimistas, como dizia, fica evidente na infatigável atividade difusora que desempenhou ao longo dos anos em vários veículos de informação, alguns deles fundados diretamente por ele, como a rádio educativa que inaugurou em 1923. Assim, é de supor que ele sempre repetia, para públicos diversos, o seu refrão: "aos responsáveis pelos destinos deste país presta, assim, a antropologia, um enorme serviço, apresentando-lhes documentos que não devem ser desprezados em benefício de fantasias retóricas desanimadoras. A antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não substituído" (1978, p.107)

Não é, pois, por acaso que mais tarde Freyre iria falar de Roquette-Pinto como um dos "precursores esquecidos" que, removendo as associações patológicas do termo "mestiço", fora o primeiro a fazer a distinção fundamental entre "mestiço doente" e mestiço em geral (Freyre, 1942b). E não é também por acaso que, no momento em que se discutia a nova Constituição brasileira, a resenha de Roquette-Pinto, publicada logo após o lançamento de *Casa-grande & senzala*, tenha privilegiado, acima de tudo, a seriedade, a clareza e a objetividade científica desse "volume soberbo" que já nascera "obra clássica". Como disse nessa ocasião, se só tivesse publicado a bibliografia, Gilberto Freyre "só por isso teria prestado à cultura de seu povo um enorme serviço". Mas o autor fez muito mais, completa o entusiasmado resenhista. "Tudo quanto a biologia da raça tem revelado nos últimos tempos foi aplicado com segurança e critério a interpretações brasileiras". É por isso que esse livro é leitura obrigatória para os legisladores que preparam a nova constituição e enfrentam uma questão tão carregada de preconceitos quanto a da "formação étnica do Brasil". Para um "conhecimento objetivo, direto, simples, positivo do que se tem apurado na matéria", não há "nenhum guia melhor, mais claro ou mais minucioso do que Gilberto Freyre" (Roquette-Pinto, 1934).

Ao fazer tais apreciações Roquette-Pinto deveria estar pensando nos trechos em que Freyre apontava os experimentos que davam força a um neolamarckismo antes menosprezado; um neolamarckismo que estava a se levantar, enfatizava Freyre, "nos próprios laboratórios onde se sorriu de Lamarck".¹⁸ Também devem ter chamado a atenção de Roquette-Pinto as referências que Freyre fazia, ao mesmo tempo e cautelosamente, às várias questões em aberto que ainda havia sobre o papel da hereditariedade e do ambiente na antropologia, na sociologia e na biologia modernas: "o bastante", como dizia, "para nos advertir contra os preconceitos de sistema e os exageros de teoria". Em biologia, dizia Freyre, o neolamarckismo ressurgente, como que se riço dos "weissmannianos" que haviam descartado totalmente o lamarckismo "há quinze ou dez anos", dava testemunho de quanto havia de questões em aberto na ciência do homem. Especificamente na questão da "transmissão de caracteres adquiridos", Freyre fazia questão de apontar, em 1933, "o muito de flutuante que encerra o assunto. De flutuante e duvidoso" (2002, p.307-13).¹⁹

A inspiração estética e histórica: Lafcadio Hearn, G. K. Chesterton e Alfred Zimmern

Se as idéias de Roquette-Pinto deram a Freyre um grande impulso antropológico para o novo paradigma em gestação, Lafcadio Hearn lhe

18 Orgulhoso de ter muito cedo dado ênfase ao "debate agudo entre weismanianos e neolamarckianos", Freyre se refere em 1983, em seu *Insurgências e ressurgências atuais*, às páginas que dedicou ao assunto em *Casa-grande & senzala*, algo, como diz "para a época surpreendente" (cf. Freyre, 1983, p.178, 174-9). Para uma discussão sobre o neolamarckismo no pensamento de Freyre, ver de Araújo (1994, p.39-41 e passim).

19 Na edição de 1933, Freyre falava do "rígido critério weissmanniano da não transmissão dos caracteres adquiridos" como sendo aceito facilmente "há quinze ou dez anos"; posteriormente ele muda essa passagem para "há vinte ou trinta anos". Adolf Weismann foi o biólogo alemão que desenvolveu a teoria de que só uma porção da célula - "a germ plasm" (o plasma germinativo) - é responsável pela hereditariedade. A partir de 1900, quando a teoria de Mendel foi redescoberta, as pesquisas dos weisman-mendelianos tendiam a contestar a idéia da hereditariedade dos caracteres adquiridos defendida pelos lamarckianos (cf. Stepan, 1991, p.24-7, 68-9; Stocking, 1968, p.239-42).

deu uma contribuição fundamentalmente estética. Já vimos mais longamente, no segundo capítulo deste trabalho, o importante papel que Hearn desempenhou na trajetória do jovem Gilberto Freyre, servindo de estímulo para que ele retornasse ao seu torrão natal. Trata-se aqui, pois, de retomar Hearn para salientar sua especial participação nessa nova valorização do negro e do mestiço que estamos acompanhando.

O próprio Freyre, bem mais tarde em sua trajetória, confirmaria o que antes já afirmara José Lins do Rego, seu companheiro na redescoberta do Brasil. O que o jovem retornado queria rever, dissera o futuro romancista em 1927 em trecho já antes mencionado, era “um Pernambuco de que a leitura de Lafcadio Hearn lhe aguçara o apetite com os seus descritivos rescendendo às terras da Martinica, virgens de vulgaridades industrialistas” (Rego, 1991, p.38). Refletindo anos mais tarde sobre sua trajetória intelectual, Freyre fez uma confissão eloqüente sobre a importância desse “romântico inglês” para o desenvolvimento do seu “neo-tropicalismo”: o livro “*Two Years in the French West Indies* me pareceu um livro escrito de encomenda para mim, na fase decisiva de repúdio aos encantos ortodoxos do nordicismo ... e de volta aos valores basicamente tropicais ou mestiçamente extra europeus”. Nessa mesma ocasião ele forneceu outro dado interessante: foi ouvindo em Columbia uma conferência de John Erskine, “o testamenteiro de Lafcadio”, que ele teria sido despertado para o autor na sua fase “anterior ao niponismo” (Freyre, 1951).²⁰ Conhecido como exímio professor, que atraía um grande número de alunos em suas aulas, é bem provável que Erskine tenha sido o primeiro a realmente chamar a atenção de Freyre para a arte de Lafcadio Hearn. Fora ele o editor das aulas dadas por Hearn na Universidade de Tóquio que, colecionadas em volumes, foram publicadas em 1915, 1916 e 1922. O último desses volumes, *Life and Literature*, era exatamente o livro adquirido e autografado por Freyre na mesma época da publicação.²¹

20 Essa é uma afirmação que de certo modo contradiz o que Freyre disse em 1975 em seu diário-memória, quando afirma estar sendo atraído por Hearn, contra a vontade do prof. Armstrong, já em 1919.

21 Os dois outros volumes da coleção eram: *Interpretations of Literature* (London: William Heinemann, 1915) e *Appreciations of Poetry* (London: William Heinemann, 1916).

Um aspecto importante a ser lembrado e que pode ter contribuído para que Hearn levasse Freyre a valorizar não só a região tropical de onde vinha, mas o negro e o mestiço que davam a ela uma marca distintiva e positiva, é o fato de que esse autor não só escrevera sobre os negros e mestiços, mas também convivera com eles intimamente e com eles se solidarizara. Em Oxford, como vimos, Freyre comprou a biografia de Lafcadio Hearn escrita por Edward Thomas, lendo-a e anotando-a provavelmente nessa mesma época, já que referências a dados sobre Hearn ali contidos logo começam a aparecer nos seus artigos do *Diário de Pernambuco*. Um aspecto dramático da vida de Lafcadio Hearn no Estado de Ohio mencionado por Thomas era o seu casamento ilícito, em 1874, com uma ex-escrava mulata, Alethea Foley, do qual decorrera a perda de seu emprego de jornalista do *Enquirer* e o ostracismo a que se viu remetido por vários setores da sociedade de Cincinnati. Bastante destemido, Hearn – que já vivia numa região pobre da cidade onde se juntavam negros e brancos destituídos – desafiara a lei estadual que proibia tal união. Sua empatia para com os negros era tanta, diria ele mais tarde, que após alguns meses de convívio experimentara um “sentimento de desconforto à vista de caras brancas ... Por um momento cheguei a sentir o terror do homem negro pelo branco”. Contratado pelo jornal rival do *Enquirer*, o *Cincinnati Commercial*, Hearn continuou sua prolífica carreira jornalística e entre 1875 e 1876 escreveu abundantemente sobre a vida do negro norte-americano – seus costumes, folclore, dança e música –, campo onde produziu o melhor de seu trabalho de repórter. Segundo alguns estudiosos, seus artigos constituem provavelmente os primeiros estudos etnológicos dos negros urbanos após a Guerra Civil norte-americana (Thomas, 1912, p.16-7, 21; Bisland, 1911, p.27; Lemoine, 1988, p.131; McWilliams, 1946, p.67-74, 85).

Já nos referimos à empatia com que Hearn observava os negros e mestiços e à perspicácia e sensibilidade com que apontava os aspectos positivos da miscigenação. De fato, quer por sua beleza e sensualidade, quer por suas qualidades humanas, os mestiços eram louvados de um modo nada usual para a época em que escreveu, e talvez mais ainda para a época em que Freyre leu *Two Years in the French West Indies*. “A infinita bondade da população de cor ... é algo que maravilha aqueles acostuma-

dos com o egoísmo das grandes cidades do mundo”, afirma Hearn comovido e surpreso com as manifestações de “bondade humana” que observava naquele mundo tão distante do chamado mundo civilizado do hemisfério norte. Quanto à beleza e à sensualidade dos indivíduos que a miscigenação produz, Hearn não poupava palavras para caracterizá-las. A natureza, diz ele, remodelava os negros e os brancos, e seus descendentes não mais se pareciam com seus antepassados: “em menos de dois séculos e meio as características físicas da raça foram totalmente transformadas”. E como que a ilustrar as idéias neolamarckistas sobre a influência do meio sobre a raça, que seriam mais tarde retomadas por Freyre, Hearn dizia: a natureza remodelou “o branco, o negro e o mestiço de acordo com o meio e o clima: o descendente dos antigos colonizadores deixou de se assemelhar a seus pais; o crioulo negro se aprimorou em relação a seus progenitores; o mulato começou a dar evidência daquelas qualidades físicas e mentais que mais tarde iriam torná-lo perigoso para a própria integridade da colônia”. Essa passagem referente aos mulatos, que Freyre leu e marcou com traço duplo nas páginas de seu Hearn, parece tê-lo especialmente impressionado, reaparecendo mais tarde claramente em seu *Nordeste* (Hearn, 1923, p.335-6).²² Definitivamente, afirmava Hearn, nesse novo clima e novo meio essas raças se transformaram e, em muitos casos, embelezaram. Se, por exemplo, a mulher africana já era atraente para o colonizador branco, tal atração se ampliou com o charme da “crioula negra ou mulata” que, ciente de seu poder de sedução, soube muitas vezes usá-lo não só a favor de si mesma, como também de seus parentes. A emancipação de muitos escravos concedida pelos senhores “enfeitados” por essas crioulas teria atingido tal proporção, lembra Hearn, que o governo chegou a impor medidas restritivas a essa prática. Uma delas decretava que aquele que libertasse uma mulher de cor teria de “pagar ao governo três vezes o seu valor como escrava”. Enfim, a sedução da “beleza mestiça” era tão onipotente, constata Hearn, que os senhores enamorados começaram a tornar-se “escravos de seus escravos”. Era como se a natureza se pusesse a rir

22 Sobre o tema do mulato como “elemento por excelência perturbador da civilização aristocrática do açúcar”, ver Freyre (1989, p.128-30).

com ironia dos “preconceitos de raça”, das pretensões de superioridade racial do homem branco e da “fábula da degradação física” como destino inelutável de todo povo miscigenado, comenta o autor com satisfação (ibidem, p.338-42).

As marcas que Freyre fez em trechos dessas páginas de Hearn parecem atestar que, se a uma primeira leitura ele talvez não se tenha convencido totalmente da insensatez dos “preconceitos de raça”, ao menos foi alertado para tal e também para analogias que existiam entre as Índias Ocidentais ali descritas e o Brasil que estava a estudar e redescobrir. Foi exatamente ao lado do trecho em que Hearn se refere à poligamia que ali existia e ao fato de não ser raro os filhos ilegítimos do homem rico branco serem criados por suas esposas legítimas que Freyre escreveu “as in Brazil” (ibidem, p.341). As muitas referências que se encontram em Freyre às qualidades dos negros, que com sua alegria, ternura e “bondade maior que a dos brancos” contribuíram para adoçar e enriquecer a vida doméstica dos seus senhores, bem como à “tentadora beleza das pretas e pardas”, são algumas das marcas evidenciadoras da inspiração que recebeu de Hearn, o autor aliado que, como Freyre admitiu, parecia ter escrito seu *Two Years in the West Indies* especialmente de encomenda para ele (Freyre, 2002, p.38 344, 359-60, 422, 428, 460-1, e passim).

Finalmente, outro aspecto que deve ter marcado indelevelmente a imaginação de Freyre é o que diz respeito aos efeitos da organização escravocrata na constituição dos homens e mulheres nela envolvidos; em outras palavras, a distinção que Hearn faz de raça e organização social. Que algumas atitudes tidas como naturais da raça tinham origem social e não étnica é um fato que se revela a uma “observação não apressada”, declarava Hearn, na mesma linha que o antropólogo Roquette-Pinto defenderia décadas mais tarde. “A verdade é que séculos de privação de direitos naturais e de esperanças” fizeram a raça escrava desenvolver certas características que “só poderiam parecer totalmente naturais àqueles que nunca pensaram que até mesmo sentimentos haviam sido artificialmente cultivados pela escravidão” (Hearn, 1923, p.344-6).²³

23 A página 344 está marcada com uma orelha.

Do mesmo modo, se os negros e os mestiços ficam mais doentes do que os brancos, isso não se deve à inferioridade racial e a uma constituição mais fraca, como muitas vezes se supõe, afirmava Hearn. Afastados das condições de vida que têm um grande valor profilático – conforto, riqueza e cuidados médicos –, não é de admirar que eles tenham se tornado fracos e predispostos a doenças. Enfim, constatava o autor de *Two Years in the West Indies*, “os males da escravidão sobreviveram à emancipação” (ibidem, p.229-30). Não é por acaso, portanto, que, como já apontamos, Lafcadio Hearn tenha sido descrito em *Casa-grande & senzala* como um pensador que “enxergava mais, como simples escritor, do que muito sociólogo” (Freyre, 2002, p.111).

Resumindo o que acabamos de apontar, a leitura de Hearn teria colocado Freyre em sintonia com os aspectos positivos da miscigenação, predispondo-o a buscar uma defesa teórica para o que as teorias raciais da época constituíam como negativo. Nenhum outro problema o inquietava tanto, confessou Freyre na célebre passagem de seu primeiro prefácio a *Casa-grande & senzala*, como o da miscigenação. E se, como ele próprio então admitiu e tantas vezes reafirmou, a distinção de Franz Boas entre raça e cultura lhe deu a chave teórica para enfrentar tal questão, as vívidas e emocionantes impressões que Hearn deixou dos trópicos e de sua população negra e mestiça também contrariavam seus preconceitos e os do racismo científico, cuja ascensão testemunhara nos Estados Unidos, aguçando-lhe a sensibilidade para uma nova percepção do fenômeno da miscigenação.

Nesse ponto, uma breve referência deve ser feita a outro ensaísta britânico que teria, por assim dizer, somado forças à valorização da mestiçagem realizada por Lafcadio Hearn. Trata-se de G. K. Chesterton, autor muito admirado por Freyre, como já vimos, e a cuja palestra pública ele esteve presente em Nova York, em 1921, fato que muito o envaidecia. Leitor atento de seus ensaios e do seu mais conhecido *Orthodoxy*, dele Freyre aparentemente recebeu preciosas sugestões de estudo ou, ao menos, fortes estímulos para seguir suas próprias tendências. Em sua biblioteca, além de uma biografia do ensaísta escrita em 1922, sete livros de sua autoria foram localizados, e é de crer, dadas as muitas referências a Chesterton nos seus artigos de jornal, que o interesse por seus

ensaios era amplo.²⁴ É também muito significativo apontar que em abril de 1924 ele pediu a seu amigo Francis B. Simkins – o mesmo a quem pedira *Two Years in the West Indies* de Hearn – que lhe enviasse dos Estados Unidos “tudo o que achasse sobre Gilbert Chesterton”.²⁵ Mesmo não tendo sido localizado na sua biblioteca o texto em que o ensaísta discutiu especificamente a questão da mestiçagem dos ingleses – *A Short History of England* – e que, portanto, dados mais substantivos sobre a leitura sobre tal tema em Chesterton nos escapem, é muito provável que ele tenha se deparado com esse texto ou idéias afins em várias ocasiões. O livro em que Chesterton faz a crítica da eugenia em ascensão, *Eugenics and other Evils*, constava, como já apontamos no capítulo anterior, da sua biblioteca. Nele, o ensaísta ataca indiretamente todos aqueles que então propagavam a idéia da pureza da raça anglo-saxônica.

Uma das sugestões que Freyre claramente recebeu de Chesterton e divulgou a seus leitores do *Diário de Pernambuco* foi a de que as casas e os objetos “falam” e, portanto, de que a arquitetura de uma cidade e coisas aparentemente triviais muito podem revelar, desde que os homens procurem decifrá-las.²⁶ Pois bem, essa era uma idéia que Chesterton desenvolvera na sua única incursão no campo da história, *A Short History of England*, ocasião em que também se insurgira contra a noção de pureza racial, tão difundida àquela época. Assim, nesse que foi o mais lido de todos os seus livros, Chesterton referiu-se às várias etnias que contribuíram para construir a Grã-Bretanha – celtas, anglo-saxões, normandos etc. – como uma realidade que as “análises hostis” dos teóricos raciais tinham dificuldade de atestar (Pearce, 1996, p.225-7).

É verdade que havia uma tradição que remontava ao jurista William Blackstone no século XVIII, que afirmava ser a sociedade inglesa fruto

24 Chesterton, G. K., *Orthodoxy*, New York: John Lane Company, 1921 (autografado e datado “Gilberto Freyre, New York Spring 1921”); G. F. Watts, London: 1920 (autografado e datado “Oxford 1922”); *Eugenics and other Evils*, Bruxelles: W. M. Collins, 1922; *The Superstition of the Skeptic*, 1925; *William Blake*, London, Duckworth, 1920 (autografado); *St. Francis of Assisi*, London, Hodder and Stoughton 1923 (autografado); *All Things Considered: Essays*, London: Methuen, 1922. Sobre Chesterton, há a seguinte biografia: Braybrooke, P., *Gilbert K. Chesterton*, Philadelphia: J. B. Lippincott Co., 1922.

25 Carta de G. Freyre a F. B. Simkins, 21/4/1924, Simkins Papers.

26 *Diário de Pernambuco*, 30/9/1923; 6/7/1924 e passim.

de uma saudável mistura de raças; no entanto, como a forte reação de Chesterton parecia revelar, essa era uma tradição alternativa que nunca chegou a impor-se definitivamente. Historiadores que difundiam a idéia de os britânicos pertencerem a uma pretensa raça teutônica, pura e superior, como William Stubbs e John R. Green, tinham de ser desmascarados, argumentava Chesterton, já que produzem “uma imagem ideal” que “até um amador pode detectar como duvidosa”. Na verdade, a “arrogante teoria da superioridade anglo-saxônica”, afirmou ele com ênfase, é uma doutrina que “nenhuma pessoa inteligente pode acreditar” (1997, p.24-36, 163; 1969, p.42-3).

Crítica semelhante Chesterton fizera em 1919 no prefácio aos ensaios de Matthew Arnold, livro que Freyre adquiriu em maio de 1922 em Nova York. Referindo-se criticamente a Carlyle como um autor que compartilhava das “ vaidades ” e “ ilusões ” de seus leitores, Chesterton escreve: “ ele disse aos ingleses que eles eram teutões, que eles eram vikings, que eles eram políticos práticos – todas as coisas que eles gostam de ouvir dizer que eles são, mas todas as coisas que, na verdade, não são ele os lembrava de suas boas qualidades e eles gostavam dele por isso ” (Arnold, 1919, p.IX).²⁷

Evidentemente não sabemos quantas vezes Freyre leu e releu Hearn, ou mesmo Chesterton, para que sua sensibilidade de uma nova percepção do fenômeno da miscigenação se aguçasse, mas é de supor que, em 1927, o reconhecimento positivo do africano e do mestiço na “ raça ” e no *ethos* brasileiros já era idéia relativamente assentada no seu pensamento. Uma carta de seu amigo Júlio Bello, já parcialmente citada no capítulo anterior, pode ser lida como um testemunho dessa sua conversão. Escrevendo ao jovem amigo, como que a consolá-lo por estar praticamente sozinho na sua campanha por um Brasil menos macaqueador e postiço e mais autenticamente brasileiro (“ você é quasi um só, Gilberto, no seu tempo ”), Bello arrola os itens do sonho impossível de Freyre. Dentre eles, sobressai o de um Brasil que aceite com orgulho e dignidade sua mestiçagem e que não se finja de latino ou de ariano.

27 O livro de Matthew Arnold, *Essays with an introduction by G. K. Chesterton*, está autografado e datado “New York City, May 1922”.

O atual Octavio Mangabeira e os do futuro renegarão sempre sua origem, sua cor, as naturais virtudes de sua raça para se dizerem latinos, se não ingleses, nos discursos perante os homens brancos da Europa. João Amorim continuará a abrir o guarda sol para atravessar de um lado a outro a Rua do Crespo, para não tostar o pelo [?] e bancar o puro ariano ... Nunca esses horríveis mestiços terão o nobre orgulho de sua cor como o André Gomes [?], tão melhor e tão mais digno do que aquele horrendo beijola do Ministério do Interior, imponderável e fútil.²⁸

A carta de Júlio Bello, um dos amigos que apoiavam e estimulavam Freyre no seu projeto regionalista – e em cujo Engenho Quicimadas ele iria escrever o seu *Nordeste* quase dez anos mais tarde –, parece atestar que seu esforço de valorização das tradições regionais estava amadurecendo e ampliando-se para agora abarcar o reconhecimento e a valorização do elemento africano e mestiço como parte das tradições do Brasil real. Só quando esse processo estivesse mais avançado é que Freyre estaria pronto para escrever *Casa-grande & senzala*.

A essa altura devemos voltar a Alfred Zimmern e perguntar qual poderia ter sido a contribuição desse professor de Oxford para o desenvolvimento do projeto de um Brasil mais brasileiro. A única aula a que Freyre poderia ter assistido, “A relação do pensamento político grego com os problemas modernos”, ilustrava muito bem, como o próprio título indica, o talento de Zimmern para transformar a história antiga em conhecimento relevante para a atualidade. Como Arnold Toynbee, um de seus mais eminentes estudantes declarou, esse “professor nato” sabia mais do que ninguém construir “pontes sobre o abismo temporal entre a história dos gregos e a nossa” (1967, p.49-61).

Na ocasião desse único encontro de Freyre com Zimmern, o eminente helenista já havia deixado a carreira acadêmica de lado para se concentrar fundamentalmente na campanha pela paz e pela Liga das Nações, em cuja organização estava profundamente envolvido. O convi-

28 Carta de J. Bello a G. Freyre, 27/9/1927, AFGF. Essa carta aparentemente foi provocada por um poema de Freyre, em que ele fala de um Brasil de seus sonhos. Suponho se tratar do poema publicado em 1962 no *Talvez Poesia* com o título de “O Outro Brasil que vem aí”. Esse poema, na sua versão original, teria usado a expressão “fraternalmente mestiço” para saudar o país que o poeta pensava estar surgindo (cf. Meneses, 1991, p.71).

te para dar uma palestra em Columbia, em novembro de 1921, fora feito exatamente durante sua passagem por Nova York a fim de angariar apoio para a reconstrução do pós-guerra. Assim, como o tema da aula indicava, Zimmern punha o conhecimento do mundo grego a serviço dos problemas da atualidade, o que já desde o início da Primeira Guerra Mundial ele fazia, tal como se pode ler no prefácio da segunda edição da sua grande obra de 1911, *The Greek Commonwealth*: “Idéias e inspiração gregas podem nos ajudar hoje não somente a enfrentar os deveres do momento, mas também na tarefa de aprofundar e de estender o escopo e significado de Democracia e Cidadania, Liberdade e Direito, que parece ser a tarefa política essencial da humanidade nessa nova época da história na qual inesperadamente entramos” (1924, p.6).

Segundo o caderno de anotações (1921-1922) de Freyre, Alfred Zimmern (ao lado de sua obra *The Greek Commonwealth*) constava da lista dos “autores lidos ou relidos este ano” pelo jovem estudante de Columbia. Muitos aspectos dessa obra devem tê-lo impressionado, como já apontamos mais longamente em outra ocasião (Pallares-Burke, 2002, p.830-7): sua multidisciplinaridade, seu rico estilo ensaístico, seu pen-
dor literário, sua descrição do poderoso sistema patriarcal grego como “um complexo sistema de costume social e religioso”, sua utilização pioneira da expressão *Big House* como sinônimo do poder da família patriarcal e sua visão da escravidão grega como relativamente “humana e suave”.

Quanto à aula de novembro de 1921, é impossível imaginar que entre os “problemas modernos” tratados à luz do pensamento grego não estivesse a questão racial. Falando a uma platéia fundamentalmente norte-americana, imersa nos calorosos debates sobre imigração, eugenia e diferenças raciais, é muito plausível que ele ali tivesse exposto ao menos algumas das idéias que iria desenvolver numa das cinco aulas que deu na mesma universidade em janeiro de 1925: “The Empire and the Non-White Peoples”.²⁹

29 Aula dada a 19 de janeiro de 1925 (cf. ficha referente às visitas do prof. Alfred E. Zimmern a Columbia, Columbia University Archives-Columbian Library) e publicada, juntamente com as demais, em Zimmern (1926).

O objetivo geral dessa aula era tratar das questões que o Império Britânico estava sendo chamado a enfrentar no pós-guerra, quando se discutia a possibilidade de ele transformar-se numa comunidade, a Commonwealth of Nations, baseada na nova “idéia de participação igualitária” dos diferentes povos. Entre as questões prementes, a das relações inter-raciais dos povos brancos e não-brancos era não só central, mas extravasava o próprio âmbito do Império, já que, como Zimmern dizia, “a questão racial” definitivamente se constituiu “o problema mais urgente de nosso tempo”. O tema que o Império Britânico era forçado a discutir naquele momento – se sua direção deveria estar nas mãos de uma supremacia de brancos – não deixava de ser o mesmo que importava a muitas outras nações; elas também deviam decidir se a supremacia branca que domina o mundo é circunstancial ou se “se baseia na concepção da superioridade inata do homem branco e na política de ‘manter o homem de cor no seu lugar’”.

A resposta de Zimmern a essa questão foi clara e definitivamente negativa. Dirigindo-se em especial aos anglo-saxões – pessoas que, como ele diz, têm uma dificuldade muito maior para lidar com as pessoas de cor, do que os “franceses, italianos e, em geral, aqueles que chamamos de membros da família latina” –, Zimmern referiu-se à “prevalente doutrina da superioridade da raça branca” como a racionalização de um complexo de superioridade que não achava justificativa “nem na ciência, nem na religião, na moral, ou em qualquer código decente de boas maneiras”. E mais: os que popularizam essas noções das diferenças inatas entre as raças parecem não perceber com que “material inflamável” estão lidando.³⁰ “É contra a natureza humana esperar que tais insultos – pois eles são sentidos como insultos – não sejam retaliados.” Os argumentos utilizados pelos advogados dessa teoria pretensamente científica, lembra Zimmern, reafirmam os antigos argumentos a favor da escravidão. Mas “nesse respeito, assim como em tantos outros, os gregos antigos tinham um padrão superior ao nosso”, comenta o classicista. Pois, afinal, o que é cor? “John Locke a definiu como uma qualida-

30 Lothrop Stoddard e seu livro *The Rising Tide of Colour*, de 1920, são mencionados na aula de 1925 como um dos principais protagonistas do debate sobre raça nos Estados Unidos.

de secundária. Através da história, de qualquer modo, a pigmentação tem sido largamente considerada como uma questão de moda.” Em outras épocas e entre outros povos “outras cores foram mais valorizadas do que a que chamamos de branca. *Othello* pode servir como um exemplo”. É, pois, “pura sobrevivência de barbárie colocar tanta ênfase num símbolo meramente exterior” (Zimmern, 1926, p.77, 80, 81-5).

A inspiração teórica e a noção de “equilíbrio de antagonismos”: Alfred Zimmern, Herbert Spencer e Franklin H. Giddings

Se é muito provável que as idéias de Zimmern sobre preconceito de cor que toma ares de ciência reforçaram a inspiração antropológica do novo paradigma de Freyre em gestação, as idéias desse ex-professor de Oxford sobre a escravidão grega podem também ser vistas como inspiradoras de outro elemento fundamental desse novo modelo de abordagem: o equilíbrio de antagonismos como elemento-chave da história brasileira.³¹ Nesse aspecto, a maior contribuição, como já sugerimos, veio do filósofo britânico Herbert Spencer (1820-1903) e de seu seguidor Franklin Giddings (1855-1931), o professor de Columbia cujos cursos Freyre seguiu entre 1921 e 1922. Antes de explorar o papel desses dois intelectuais na sua trajetória, é, no entanto, importante retomar brevemente as idéias de Zimmern, pois elas aludem, ainda que vagamente, às de Spencer e Giddings, somando força a estas.

Uma única vez, salvo engano, Freyre mencionou Zimmern nos seus artigos do *Diário de Pernambuco*, mas sua presença (sem, no entanto, a menção do seu nome) se fez sentir no mestrado na passagem em que é apontada uma analogia entre o comportamento dos homens gregos e brasileiros. Ambos, diz Freyre, “gostavam das camaradagens fáceis e ligeiras da rua e da praça pública” (1922, p.613; 1985, p.92).³² Mas foi em

31 Sobre a noção de antagonismos em equilíbrio como elemento central para a compreensão de *Casa-grande & senzala*, ver o já clássico *Guerra e paz* (Araújo, 1994).

32 *Diário de Pernambuco*, 3/2/1924. Assim como Boas, Zimmern, o sociólogo Veblen e Giddings, seu outro professor de Columbia, não são nomeados na tese original, tal como foi

Casa-grande & senzala, no entanto, que a marca de Zimmern se fez sentir mais fortemente, ainda que de maneira velada; e é aí que se pode perceber a contribuição de sua interpretação da escravidão grega para o paradigma freyreano de interpretação do Brasil.

Considerando-se as duras críticas desse helenista à escravidão moderna, poder-se-ia imaginar que, tivesse ele se manifestado, revelaria certa contrariedade ao ver idéias com alguma semelhança às suas serem aplicadas a um sistema que considerava fundamentalmente oposto ao grego. Isso porque, na questão da escravidão, pode-se dizer que Freyre foi marcado meio às avessas pelo conferencista de Columbia. Para Zimmern, em comparação com a grega, a escravidão no mundo moderno foi terrível e cruel. No mundo antigo, ela fora considerada parte da natureza das coisas e como destino inelutável que, em decorrência de uma guerra, podia atingir a qualquer um. Havia também evidência de que, ao menos em Atenas, quando a força do trabalho escravo se tornou necessária para sustentar uma estrutura econômica mais complexa, os escravos foram tratados como “companheiros de trabalho” de seus cidadãos e não como “meros instrumentos vivos”. E isso não tanto por razões humanitárias, mas econômicas, esclarecia Zimmern. Com um “poder naval dependente de riqueza” e necessitando, portanto, da riqueza que o escravo produz, criara-se uma situação em que os gregos se viram forçados, por assim dizer, a ser escravos de seus escravos. Do mesmo modo que o empregador moderno, o senhor de escravos na Grécia antiga sabia que devia fazer que eles sentissem que “havia algum propósito em seu trabalho”, argumenta Zimmern. É assim que o escravo ocupava na comunidade grega uma posição muito mais próxima do assalariado e artesão – a categoria econômica acima dele – do que “dos animais e es-

publicada em 1922 na revista *The Hispanic American Historical Review*. A nomeação desses três professores só será feita na edição brasileira da tese, publicada em 1964, onde Franz Boas aparece no prefácio e Zimmern e Giddings tanto no prefácio quanto no próprio texto. Quanto a Veblen, tudo indica que Freyre só o iria descobrir na década de 1940. A primeira vez que mencionou o seu nome, salvo engano, foi em 1939 em Nova York, na conferência “Concerning Latin American Culture”, ocasião em que diz que alguém lhe sugerira (“as it has been suggested to me”) que o conceito de “conspicuous waste” de Veblen era apropriado para descrever o comportamento dos senhores de engenho (cf. Freyre, 1940a).

cravos-mercadoria (*chattel-slaves*) abaixo dele”. Equiparados, em certo sentido, aos imigrantes livres que usufruíam certos privilégios e responsabilidades de cidadãos, os escravos eram bem tratados (às vezes como se fossem mesmo parte da família, segundo o “velho método homérico”), tinham possibilidade de acumular riqueza e comprar sua liberdade, sendo, em aparência, indistinguíveis dos homens livres.

Diferentemente do que ocorreu no mundo grego, nada suavizara a escravidão moderna: nem o sentimento de solidariedade diante da mutabilidade das coisas humanas, nem a necessidade de prover os escravos com um incentivo positivo de trabalho. “Nas fazendas tropicais, o medo é o único motivo necessário e a compulsão física o único estímulo dado”. Realizando um trabalho essencialmente mecânico, o escravo das plantações de café ou tabaco era constituído pelo sistema como uma máquina e tratado como mero implemento, argumenta Zimmern. Em contraste com o escravo grego, ele nada tinha a ganhar com seu trabalho, nem para si nem para sua família. Quando muito, só teria de sofrer um pouco mais caso fosse “indolente”.

Utilizando argumentação semelhante à do classicista, mas contradizendo o que este tentara provar sobre a escravidão no mundo moderno, Freyre fez em relação ao Brasil o que Zimmern fizera em relação à Grécia. A escravidão brasileira, tal como Freyre irá argumentar, ao menos no âmbito doméstico de *Casa-grande*, fugia ao quadro cruel e desumano que Zimmern pintara; do mesmo modo que no mundo grego, ela era também marcada por uma relação senhor-escravo em que o elemento de harmonia contrabalançava o elemento de conflito. É na mesma linha de Zimmern, pois, que Freyre diria em sua obra de 1933 que “a doçura nas relações de senhores com escravos domésticos” contrabalançava os “males do sistema” (Zimmern, 1924, p.380-96; Freyre, 2002, p.357-8).³³

33 Para uma interpretação da escravidão doméstica contrária à de Freyre, mostrando que as relações entre o senhor e o escravo, da casa e do cito “permanecem essencialmente as mesmas”, e que em situações de crise econômica ou de epidemias os que serviam na casa eram transferidos para o cito, ver Franco (1978). João Adolfo Hansen também chama a atenção para informações nesse mesmo sentido contidas nas Cartas e Atas da Câmara de Salvador, do século XVII (cf. Hansen, 1989, p.105).

A idéia de um salutar equilíbrio de antagonismos, que em Zimmern se relaciona especificamente à posição do escravo grego na Antiguidade clássica, adquire muito maior dimensão no pensamento de Herbert Spencer e de seu discípulo norte-americano, F. H. Giddings, de quem, ao que tudo indica, Freyre iria obter a principal matéria-prima para o desenvolvimento desse elemento central de sua nova interpretação da história do Brasil. Carlyle, como já mencionamos, utilizara a expressão “equilíbrio de antagonismos” para descrever a sábia acomodação que a classe política inglesa soubera realizar no início do século XIX, inventando uma tradição de conciliação em que a Inglaterra iria ser mestra daí em diante. Sobre isso Freyre já lera em 1918 em seu curso sobre o ensaísmo britânico ministrado pelo prof. Armstrong em Baylor e foi a essa característica que Freyre iria mais tarde chamar de “a lição dos ingleses” (Freyre, 1987b, p.101; Pallares-Burke, 2002, p.844-8). Ao chegar a Columbia e seguir o curso de Giddings, um spenceriano confesso, Freyre iria novamente entrar em contato com o pensamento do filósofo que o marcara desde a juventude e sobre o qual, significativamente, escrevera sua primeira conferência, “Spencer e o problema da educação no Brasil”.³⁴

Mesmo considerando que muitas das referências de Freyre a Spencer foram feitas no diário-memória de 1975, e que podem, portanto, estar idealizadas pela distância, essa conferência de 1915 revela um notório interesse do jovem Freyre pelo filósofo do evolucionismo e da modernidade; interesse que ele, posteriormente, ao fazer um balanço de sua vida intelectual, fez questão de enfatizar não só em 1975, como antes mesmo, em 1964, quando dedicou várias páginas a caracterizar Spencer como “uma das maiores influências que me orientaram ou estimularam a formação intelectual”. Um autor, “esse sociólogo bem inglês”, a quem, na adolescência, lia fervorosamente “em casa e até nos bondes” e que lhe deixara, como uma de suas influências, o “que se tornaria meu ecologismo”, confessa Freyre (1975, p.5, 9, 24, 103-4, 165; 1964, p.XXIII-XXVI; v. tb. Chacon, 1993, p.45).

Já tratei, em outra ocasião (Pallares-Burke, 2003, p.101-3), da profunda admiração, se não mesmo veneração, que dois dos autores favori-

34 Essa conferência, mencionada muitas vezes por Freyre, não foi até agora localizada.

tos de Freyre, Lafcadio Hearn e Arnold Bennett, tinham por Herbert Spencer. Desde o dia em que acabara de ler o volumoso *First Principles* de Spencer, confessou Hearn, “uma vida intelectual totalmente nova se descortinou para mim”. Tanto ele se entusiasmara pelo filósofo que chamava de “o Deus Pai”, que procurara convencer todos os seus amigos a lê-lo e a começarem exatamente com essa mesma obra, que, como dizia, engloba todas as demais. “Leitura vagarosa, mas inestimável; sistematiza todos os conhecimentos, planos e idéias que se tem... Quando se lê Spencer, digere-se a porção mais nutritiva de todo conhecimento humano” (Bisland, 1907, v.I, p.374, 392).

Já para Bennett, o autor que instruíra Freyre na arte de ler e que valorizava as leituras guiadas pela inclinação e pelo capricho, livros filosóficos como os de Spencer eram recomendados por servir de princípio regulador e coordenador das leituras esparsas. Especificamente o volumoso *First Principles* de Spencer era salientado por Bennett (1909, p.123-5) como o trabalho que, talvez mais do que nenhum outro, tinha “o poder de ‘sintetizar’ as coisas”, de funcionar como “um simples raio de luz” que clarifica e energiza “toda a vida mental daquele que o recebe”.

O que atraía esses dois autores para as idéias spencerianas era a sua demonstração de que todas as partes do cosmo, desde os astros até os sentimentos morais, obedecem a certas leis gerais. Como disse um crítico na ocasião da morte de Spencer, essa capacidade ordenadora do seu sistema filosófico seduzia, na verdade, “todo um exército de leitores” que, aturdidos diante de uma “multidão de dados” aparentemente desconexos e contraditórios, ansiava por uma concepção do universo que os harmonizasse. Derivando sua sociologia da física, Spencer esperava que o rigor científico desse campo de saber fosse aplicável também ao campo do social. “Toda a história, toda a ciência, todas as variadas formas de pensamento e crença, todas as instituições e todos os estágios do progresso do homem foram reunidos”, daí emergindo “uma concepção da evolução do mundo coerente, luminosa e vitalizadora” (Duncan, 1996, 479).

Não sabemos quais as obras de Spencer Freyre realmente leu na adolescência. É de supor que tenha lido *Education*, o mais vendido e traduzido dos seus livros, para preparar sua primeira conferência; e na biblioteca dos Freyre ele tinha ao seu alcance ao menos duas outras obras

do filósofo britânico: o *Classificação das ciências*, em tradução portuguesa de 1889, e o volumoso *First Principles* em tradução francesa de 1891, autografado por seu pai, Alfredo Freyre.³⁵ De todo modo, muitas das idéias de Spencer estavam por assim dizer no ar, no Brasil e no Recife do final do século XIX e início do século XX quando, como se sabe, escritores como Euclides da Cunha e Sylvio Romero a elas se filiavam. Na verdade, vários estudiosos têm unanimemente apontado que nessa época a popularidade de Spencer era muito generalizada, não só entre pessoas de todas as classes e de várias ocupações, mas também entre um grande número de nações, incluindo Rússia, Índia, China, Japão e outros países asiáticos. Aclamado como o grande sistematizador da teoria da evolução, era louvado, e não acriticamente, por cientistas de renome como Thomas H. Huxley e até mesmo por Charles Darwin, que admitiu em sua autobiografia a possibilidade de no futuro Spencer ser colocado ao lado de “grandes homens como Descartes, Leibniz, etc.” (Barlow, 1958, p.108-9). Bennett e Hearn não eram, pois, nada excepcionais na admiração que tinham pelo filósofo e sociólogo inglês. Outros escritores de maior importância, como Maupassant e Flaubert, por exemplo, também foram adoradores de Spencer. “Eis aí um homem! ... A Alemanha não tem ninguém comparável a esse pensador”, dissera Flaubert (1930, p.141), num elogio típico da época.

Com toda a sua vasta obra traduzida para as principais línguas européias, Spencer testemunhou em vida a aclamação de muitas de suas idéias para além dos círculos estritamente acadêmicos. “Um profeta para tantos” de seus contemporâneos, como diz J. W. Burrow (1970, p.180, 179-227), seus discípulos, semelhantes aos de Comte, formavam uma espécie de culto e se estendiam da Rússia aos Estados Unidos.³⁶ Incomparavelmente mais famoso e influente no seu tempo do que Karl Marx, Spencer, no dizer de Eric Hobsbawm (1988, p.295), foi o “pensador medíocre cuja influência foi então maior do que qualquer outro em qualquer parte do mundo”. Sabe-se, por exemplo, que diplomatas e mi-

35 Spencer, *Les Premiers Principes*, Paris: Alcan, 1885 (autografado e datado “Alfredo Freyre, 8/4/1891”); *Classificação das ciências*, Rio: Laemert & C., 1889.

36 Sobre o tema, ver também Hawthorn, 1976, cap. 5.

nistros japoneses o consultaram sobre a política e a reorganização da educação no Japão e que até Mao Tse Tung foi marcado por ele na sua juventude (Peel, 1971, p.2-3). A ferrenha crítica de que sua obra foi alvo em sua própria época – crítica vinda, em geral, de espíritos mais religiosos e dos círculos científicos mais ortodoxos e especializados – atesta o impacto de suas idéias no mundo vitoriano. Como proclamou o economista e teórico social John Atkinson Hobson (1996) um ano após a morte de Spencer, em 1904, “somos todos spencerianos hoje, gostemos ou não”.

Quando Freyre chegou aos Estados Unidos em 1918 a fama de Spencer não era tão grande quanto havia sido nas décadas anteriores, quando seus livros eram *best-sellers*, suas idéias seduziam grandes empresários como Andrew Carnegie e romancistas como Jack London, e exerciam pressão sobre a legislação; no entanto, mais do que na Europa, seu pensamento ainda era objeto de estudo e admiração pelo que representava de “promessa de ordem no que parecia um caos”, como diz Peel (1971, p.2). Num de seus primeiros dias em Nova York, por exemplo, Freyre se surpreendeu ao ver no *subway* “uma rapariga louca” a ler “com sofreguidão, sem que a perturbassem apertos ou solavancos, o massudo Herbert Spencer”. Talvez em pouco tempo ele entrasse no hábito de leitura do cidadão nova-iorquino e estivesse também “a ler Mestre Spencer” no “ensardinhado vagão”, comenta Freyre com seus leitores.³⁷

Coincidentemente, quando fez esse comentário Freyre estava reiniciando suas leituras de Spencer no curso do prof. Giddings, o sociólogo que ocupara a primeira cátedra de Sociologia dos Estados Unidos e se tornara, no dizer de Howard Odum (1951, p.46, 28-9, 76), um “Dean dos sociólogos das universidades americanas”. De fato, ao lado de Lester F. Ward, William G. Sumner e Albion W. Small, Giddings compunha o seletto grupo dos “Big Four” que fundaram a American Sociological Society e deram impulso e prestígio à sociologia norte-americana.³⁸ No

37 *Diário de Pernambuco*, 13/3/1921.

38 Todos os quatro eram professores de respeitáveis instituições: Ward, da Universidade Brown; Sumner, da Universidade de Yale; Small, da Universidade de Chicago; e Giddings, da Universidade de Columbia.

campo das ciências sociais, como Stocking (1968, p.117-8, 122, 241 e passim) demonstrou, o spencerismo foi um modelo que, ainda quando se tornou periférico e inconsciente, custou muito a se esvaír.³⁹

Um breve exame de algumas anotações das aulas dadas por Giddings e de vários de seus livros, alguns claramente endereçados a alunos iniciantes, é suficiente para ter uma idéia de como Spencer era para ele um pensador essencial, “um escritor de primeira importância”, com diz, para pensar o mundo e as sociedades.⁴⁰ Seu interesse por sociologia, como relembra sempre, surgira quando “acidentalmente” lhe caíra em mãos o primeiro número da *Popular Science Monthly* onde um capítulo de *The Study of Sociology*, de Spencer, era reproduzido (Odum, 1951, p.46). Desde então, sua dívida para com Spencer era sempre apontada.

O respeito e a admiração de Giddings eram tão fortes que chegou a ponto de enviar uma apreciação das doutrinas sociais de Spencer ao próprio autor para que fosse avaliada pelo “mestre”, o que de fato ocorreu. É assim que constava em seu *Studies in the Theory of Human Society* a informação de que “Mr. Spencer” lhe havia dado um “endosso” em carta de “7 de dezembro de 1900” (Giddings, 1922, p.113). Tal endosso como que validava, por assim dizer, todas as outras vezes em que, em seus textos, Giddings apresentava as idéias do mestre britânico como basilares da sociologia que praticava e ensinava (v., p. ex., Giddings, 1896, p.8-10, 17, 31-2, 62, 363-75, e passim; 1922, p.112-3, 123 e passim; 1920, p.494-5). Pode-se dizer que Giddings se impôs, na verdade, o papel de intérprete do pensamento de Spencer, já que acreditava que muito havia de incompreensão sobre suas idéias. Buscando erroneamente seu “sistema sociológico” nos livros de Spencer que tinham “títulos sociológicos”, muitos estudiosos não se davam conta, afirmava Giddings, de que os princípios fundamentais de seu pensamento sociológico se encontram “dispersos” no seu maciço *First Principles*; e que juntá-los, organizá-los e entendê-los exigem um considerável trabalho por parte do leitor. Era, pois, para esse trabalho de organização e divulgação das

39 Ver também Russet, 1966.

40 Anotações das aulas de Giddings feitas por alunos, muitas sem data, *F. H. Giddings Papers, Rare Books and Manuscript Library of Columbia University*; Giddings (1918, p.93).

idéias de Spencer que muito de seus esforços se dirigiam (Giddings, 1896, p.8-9).

Uma das notas tomadas por aluno de sua aula sobre as origens da sociologia mostra Giddings recuando às contribuições de figuras como Platão, Aristóteles, Hume, Kant e Malthus, e chegando daí a Spencer como autor cujo trabalho “não é provável que seja rejeitado por muitos anos, nem repetido por muitas gerações”. O que ele fez de fundamental, argumentava Giddings, foi introduzir “uma idéia que é a mais inquestionável das idéias que apareceram na história humana desde Aristóteles até o século dezenove. Ele diz que a natureza do homem é uma natureza em mudança. A vida é uma adaptação do organismo ao ambiente...”.⁴¹ O aluno estava aqui se referindo à idéia comumente ressaltada por Giddings de que Spencer teria transformado a visão da natureza humana até então dominante. Contrariando o que a teologia e a ciência política haviam assumido ao longo da história, Spencer argumentava que a natureza humana, fosse boa ou má num determinado momento, não era essencialmente imodificável. Informado por Lamarck e suas idéias sobre “os seres vivos estarem incessantemente se transformando devido à contínua adaptação do organismo ao ambiente”, Spencer, como Giddings explicava, teria chegado à seguinte conclusão sobre a natureza do homem: a “natureza humana primitiva, um produto da adaptação do homem primitivo às condições de sua existência”, deve ser bruta e cruel como a teologia a pintou, mas “o homem desenvolvido sob condições amplamente diferentes deve necessariamente se transformar no ser bom e prestativo que vive em boas relações com seus vizinhos, e em cooperação com toda a humanidade”. Implícita ou explicitamente, toda a doutrina da evolução do filósofo Spencer estava contida em germe nessa tese de Spencer, argumentava Giddings (1922, p.112-3).

Assim, pode-se assumir como fato inquestionável que, tanto pelas aulas como pela bibliografia dos cursos de sociologia de Giddings, Frey-

41 Anotações de aulas de Giddings feitas por aluno (aparentemente de nome Shenton), *Lecture II*, s.d., com lista bibliográfica contendo, entre outros, *Principles of Sociology and Study of Sociology*, de Spencer, *Laws of Imitation*, de G. Tarde, e *Social Control and Foundations of Sociology*, de Ross (cf. Giddings Papers, Rare Books and Manuscript Library of Columbia University).

re inteirou-se, ou reinteirou-se, das idéias de Spencer e do papel central que o conceito de equilíbrio tem em sua doutrina da evolução; e que, por conseguinte, quando ele finalmente fez o reconhecimento de suas dívidas para com o mestre de Columbia, o outro, o mestre do mestre, necessariamente estava incluído.

Para os propósitos deste trabalho, não cabe aqui entrar nos meandros da intrincada teoria spenceriana da evolução – que trata de um fenômeno “obscuro e complicado”, como admitia o próprio filósofo (Spencer, 1882, v.2, p.VII) – desenvolvida ao longo de 36 anos, e nas disputas que esta provocou desde então, mas sim procurar salientar os aspectos que devem ter cativado a imaginação e o intelecto do jovem Gilberto Freyre.

Pode-se dizer que Spencer foi o filósofo da equilibração dos antagonismos. Se a expressão “antagonismo em equilíbrio” Freyre a fora encontrar, como sugerimos, num texto de Carlyle, em Herbert Spencer ele iria não só reencontrar essa que se tornaria uma de suas expressões favoritas, como também deparar com uma filosofia do equilíbrio de antagonismos e da correlata relatividade do conhecimento, duas noções que se acham relacionadas de perto no pensamento do filósofo britânico.

Antes de apresentar o equilíbrio dos antagonismos como central para a sua doutrina da evolução, Spencer de certo modo o anuncia – na forma de “coordenação”, “coalizão” ou “espírito de compromisso” – como um ideal, ou melhor, como a postura filosófica condizente com o reconhecimento da relatividade do conhecimento e da complexidade da realidade. Na verdade, Spencer inicia seu *First Principles* dedicando cem páginas a uma hercúlea tentativa de reconciliar ciência com religião, pondo fim à férrea disputa suscitada por *A origem das espécies*, de Darwin. Mostrando que o calor do debate impedira os cientistas e os teólogos de reconhecer os pressupostos comuns que os uniam, Spencer procurava mostrar que havia parcelas de verdade em cada um dos campos em disputa. “A verdade geralmente se encontra na coordenação de opiniões antagônicas”, dissera Spencer no prospecto de sua obra, anunciando aquele que seria o princípio norteador de todo o seu pensamento.

O reconhecimento da “relatividade de todo conhecimento” (título de um dos capítulos do *First Principles*) decorre, como explica Spencer,

da aceitação do princípio geral de que, como a inteligência humana é incapaz de atingir o conhecimento absoluto dos fatos, os julgamentos dos homens não são totalmente bons nem totalmente maus; e, por conseguinte, de que a “a posição mais defensável é que ninguém está completamente certo ou completamente errado” (Spencer, 1996a, p.10-2, 68-97). Enfim, sendo a realidade algo muito complexo que nos escapa na sua totalidade, tratar dessa realidade com um esquema de polarização ou antagonismos – certo ou errado, bom ou mau, preto ou branco etc. – é uma postura insustentável.

Essa postura conciliadora de Spencer, cumpre assinalar, atraiu grande admiração em sua época, mas deu, ao mesmo tempo, origem a muitas críticas sobre aquilo que seus contestadores viam como “incoerências fundamentais” e “inconsistências fatais” de seu pensamento. Sua determinação de conciliar realismo com idealismo ou empiricismo com transcendentalismo, por exemplo, chegou a ser qualificada como um “compromisso impossível”, “um insulto ao espírito” (Taylor, 1996, p.74-92, 216-26 e passim). A essas críticas Spencer reagia mostrando que as tentativas de reconciliação, de coalizão, tinham como grande obstáculo a enfrentar “o espírito de não-compromisso”, em que cada um dos lados da disputa se acredita possuidor de “toda a verdade”. Mas, de fato, insiste, aqueles que se habituam a visões antagônicas da realidade pensam que estas são as únicas alternativas e se chocam com “uma hipótese que é ao mesmo tempo ambas e nenhuma”. No entanto, como há sempre um elemento de verdade em teorias ou doutrinas antagônicas, “a controvérsia termina pela combinação de suas respectivas meias-verdades” (Spencer, 1996 b, v.2, p.219-43, passim).

Que Freyre se entusiasmou com esse aspecto do pensamento de Spencer fica claro quando, em 1945, coloca-o ao lado de outros pensadores que elogia por se filiarem à “tradição de equilíbrio intelectual” que tanto admirava e serem moderados, avessos a extremos, “flutuantes, indecisos e esquivos às conclusões enfáticas” (Freyre, 1957b, v.I, p.87; v.II, p.328-9).

A defesa do espírito de compromisso como a única ambição humana condizente com o reconhecimento da relatividade do conhecimento e da complexidade da realidade, que Spencer faz na primeira parte de

seu *First Principles*, era seguida pela parte do livro em que, como Giddings (1896, p.8) esclarecera a seus leitores, o mestre britânico desenvolvia seu amplo sistema evolucionista, de onde se derivavam, não de modo muito claro ou organizado, seus “princípios de sociologia”.

Evolução era, para Spencer, o conceito geral que permitia interpretar todos os fatos passíveis de serem conhecidos – inorgânicos, orgânicos ou “superorgânicos” (termo usado por ele para se referir aos artefatos humanos, como sociedade ou língua). Todo o universo “cognoscível”, “o Cosmos, em geral e em detalhe”, diz Spencer, desenvolve-se de acordo com a “lei” (ou “fórmula”, ou “princípio”) da evolução, que é definida da seguinte forma: “uma integração de matéria e concomitante dissipação de movimento, durante a qual a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, para uma heterogeneidade definida, coerente, através de diferenciações e integrações contínuas” (1996a, p.396). Ou, como Giddings tentava esclarecer em seus textos enfatizando as noções de energia, matéria e movimento que Spencer importara da física, “a evolução social é uma fase da evolução cósmica. Toda energia social é energia física transmutada. A conversão da energia física em energia social é inevitável ... ou, dizendo o mesmo em termos ligeiramente diferentes, as causas originais da evolução social são os processos de equilibração física, que são vistos na integração da matéria com a dissipação do movimento, ou na integração do movimento com a desintegração da matéria ... Tudo o que é feito na sociedade ou pela sociedade, conscientemente ou não, é acompanhado por energia física ... Os fenômenos sociais dependem, portanto, da transformação e da equivalência de energias físicas”. A lei da evolução descreve, pois, o processo pelo qual a quantidade de força (ou energia), que é constante no universo, é redistribuída em formas progressivamente mais complexas (Giddings, 1896, p.363-6; 1922, 113-4).

Mas, contrariamente ao que se pode pensar, evolução (ou progresso) não é um processo inevitável. Se inicialmente o próprio Spencer chegou a assim pensar, no entanto, ao sistematizar seu pensamento em *First Principles*, ele reconheceu que “o processo da evolução não é necessário, mas depende de condições ... a freqüente ocorrência de dissolução mostrando que onde as condições não são mantidas, o processo in-

verso imediatamente ocorre” (1996c, p.511, 883, 78; 1996a, p.588). Hudson, um dos primeiros estudiosos de Spencer, deixou isso bem claro:

é um erro comum supor que a evolução é contínua e ininterrupta – que seu curso pode ser simbolizado por uma linha reta. Uma linha ondulada seria, grosseiramente falando, uma expressão mais correta ... Evolução implica, portanto, retrocesso, e através de todo o universo o movimento é rítmico ou ondulatório. Isto é verdade para todos os fenômenos, desde as menores mudanças passíveis de ser conhecidas pela ciência até as mais recentes transformações das sociedades estudadas pelo economista e pelo historiador. A Evolução, então, como temos sempre de ter em mente, não resume toda a história do universo, mas somente sua história ascendente (Hudson, 1996, p.91).

E onde cabe aí o conceito ou processo de equilíbrio? “Compreender na sua totalidade o processo de equilíbrio não é fácil”, adverte Spencer. De fato, as distinções entre “equilíbrio móvel dependente”, “equilíbrio móvel independente ou perfeito”, “equilíbrio direto”, “equilíbrio indireto” são muito sutis e complicadas. Mas o que é relevante salientar é que, segundo a concepção spenceriana, no universo, em todos os seus níveis, coexistem forças antagônicas que “necessitam do estabelecimento ... de um equilíbrio”. Esse equilíbrio constitui a condição para a qual a evolução se dirige. É o equilíbrio que permite a um sistema – físico, biológico ou social – adaptar-se a novas condições e sobreviver. O caminho da evolução tende sempre para uma melhor adaptação entre o organismo e seu ambiente, ou como disse, “a evolução, em todos os seus aspectos, geral e especial, é um avanço para o equilíbrio ... um estado de balanço entre todas as forças às quais suas partes estão sujeitas, e as forças que suas partes se opõem” (Spencer, 1996a, p.487, 484 e passim; 1899, v.II, p.537).

No caso dos sistemas sociais, aquelas sociedades que se mostram incapazes de se adaptar a novas condições e não conseguem mudar o suficiente para equilibrar as forças contrárias serão extintas. Ou seja, os conflitos são “instrumentais” para a evolução social, mas, sem o equilíbrio dos antagonismos, não há evolução; sem que as forças antagônicas se equilibrem qualquer sociedade em processo de evolução pode “invo-

luir” (*devolve*), e “retroceder quase ao seu estado original”. Em última análise, como diz Peel (1971, p.184), Spencer era consciente de “quanto condicional é o equilíbrio e de quanto este está sujeito a ser perturbado” (Spencer, 1882, v. II, p.239-41; 1899, v.I, p.240, 548 e passim).

É nesse quadro que, tratando de um tipo de equilíbrio social, Spencer refere-se à Inglaterra como uma sociedade relativamente avançada no processo de evolução. No que diz respeito às suas instituições governamentais, explica, a situação inglesa difere substancialmente da que se pode observar nas sociedades menores e “não desenvolvidas”. Nestas, as forças opostas se equilibram por meio de grandes oscilações entre ações e reações violentas – indo, por exemplo, de uma extrema tirania para uma extrema licença. Entretanto, ele esclarece, no processo de evolução o equilíbrio progride à medida que esses movimentos e contramovimentos tendem a tornar-se gradativamente mais moderados, até atingir a completude. O caso da Inglaterra, lembra Spencer (1996a, p.512-4), é exatamente este, pois os conflitos entre o “conservadorismo” (que apóia a repressão da sociedade sobre os indivíduos) e a “reforma” (que defende a liberdade do indivíduo contra a sociedade) são tão limitados que o “temporário domínio de um ou outro produz um desvio do estado médio bem menos acentuado. Este processo, agora tão avançado entre nós que as oscilações são comparativamente tão discretas, deve continuar até que o equilíbrio das forças antagônicas se aproxime indefinidamente da quase perfeição”.

Assim, diretamente pela leitura de Spencer e indiretamente como ouvinte e leitor de Giddings, Freyre pôs-se a par de um conceito que, tropicalizado mais tarde a seu modo – porque desvinculado do louvor ao industrialismo e do descaso por tudo que se relacionasse a antiguidade e tradições, bem como da visão negativa dos chamados povos primitivos e da mistura entre raças “muito dessemelhantes” que o spencerismo carregava no seu bojo –, iria impor-se como um dos mais distintivos elementos da nova interpretação do Brasil (Peel, 1971, p.143-6, 212-5; Stocking Jr. 1968, p.126-8, 202, 239-42, 255-6 e passim; Boas, 1974a, p.23-36; 1974b, p.221-42; Giddings, 1931; 1896, p.324-8). Com isso, Freyre iria destacar-se do padrão seguido até pelos “melhores dos escritores” do Brasil que, como ele próprio diria mais tarde diante de uma

platéia estrangeira, “seguiam teóricos sociais europeus, como Spencer e Comte, que ignoravam as condições e os problemas extra-europeus, considerando a sociedade européia a sociedade humana”. O nefasto pessimismo em relação ao Brasil era, como disse então, uma consequência desse colonialismo cultural tão difundido (Freyre, 1945a, 168).

A essa altura devo assinalar que essa dívida de Freyre para com Spencer via Giddings, que ficou obscurecida em *Casa-grande & senzala* dada a preeminência da filiação a Franz Boas que ali se afirma logo nas primeiras páginas, foi admitida por Freyre tardiamente em sua vida. Uma presença mais difusa de Spencer na sua anglofilia, Freyre iria reconhecer já em 1964. Lera suas obras, como disse então, “com todo o fervor de adolescente” (1964, p.xxii-xv). Mas foi só na década de 1980, como que acertando as contas com os mentores de uma longa e rica vida intelectual, que Freyre disse textualmente: “Ao afirmar de Boas, no livro *Casa-grande & senzala*, ter sido o mestre universitário que me fez maior impressão, deixei Giddings um tanto na sombra”. E a razão para isso ele permite entrever quando se refere aos dois professores de Columbia como “dois bicudos que, sabia-se entre os estudantes, não se beijavam”.⁴²

Que ambos eram praticamente equivalentes em valor o jovem Freyre já havia salientado jocosamente em janeiro de 1922, quando avaliou o cérebro de Giddings em dois milhões de dólares, um pouco abaixo dos dois milhões e meio do de Boas.⁴³ Mas quando da publicação de *Casa-grande & senzala*, em 1933, estando Boas ainda vivo e atuante, é compreensível que Freyre tenha optado por não colocá-los lado a lado no seu reconhecimento de dívida, deixando Giddings, como disse, “na sombra”. Sua intenção no início dos anos 1980 era, pois, ainda que com um atraso de décadas, tornar essa dívida pública na “nova edição aumentada” de seu diário de juventude. Acrescentar, em 1979, na coletânea dos artigos publicados originalmente no *Diário de Pernambuco* nos anos 1920, as expressões “o grande Giddings”, “meu mestre” e “outro gran-

42 Declaração feita num manuscrito autobiográfico, “De menino a Homem de mais de trinta e de quarenta” – nova edição aumentada do livro do mesmo autor intitulado *Tempo morto e outros tempos*, ca. 1981, p.61, AFGF (com certeza a data é pós-1980, já que o texto se refere à entrevista dada à *Playboy* nesse ano).

43 *Diário de Pernambuco*, 15/1/1922.

de mestre” pode também ser visto como uma forma de compensar aquele pecado de omissão.⁴⁴

Num esforço comovente para fazer justiça ao outro professor de Columbia cuja relevância ele silenciara, Freyre, então já no fim da vida, relembra com carinho o “prazer intelectual” que fora ouvir as aulas desse “teórico da sociologia” de “renome mundial” que tinha também um quê de literato. Sua eloquência, diz Freyre, era a de “um cientista, pensador teórico, que sentiu a necessidade de expressar-se como se fosse um estilista literário. Escolhendo palavras. Juntando, através de uma arte e não apenas de uma ciência, adjetivos e substantivos. Exato, preciso, enxuto nessa arte, mas também tão expressivo como se fosse um ensaísta oral”. A atividade jornalística que Giddings exercera durante vários anos antes de iniciar a carreira de sociólogo e que continuou e exerceu ao lado da vida acadêmica no *Independent* e no *N. Y. Times Magazine*, onde escrevia regularmente sobre problemas da atualidade, em muito se refletia no “estilo vigoroso”, vívido e claro que tanto cativou a Freyre e a outros admiradores (Odum, 1951, p.87; Davids, 1968, p.63). Nessa sua fluência de expressão estava talvez uma das razões da “falta de harmonia” entre Boas e Giddings, sugere Freyre. Na verdade, o “contraste” entre eles era marcante e, como didata, Giddings definitivamente “foi exemplar” e deixou Boas na sombra, proclamou o ex-aluno do Recife. Como já mencionamos antes, enquanto o sociólogo era de “palavra comunicativa”, o mestre antropólogo era lembrado por Freyre como sendo “de palavra difícil... Quem o ouvisse precisava, por vezes, de como que completar o que ele dizia. Era de todo um antieloquente. Quer falando, quer escrevendo”.⁴⁵

As referências literárias que Giddings fazia em seus textos de sociologia (e também, é de supor, em sala de aula) e que tendiam a aproximar uma disciplina normalmente fria e árida do que foi a eterna paixão de

44 *Diário de Pernambuco*, 19/2/1922 (o que era “meu mestre, o Dr. Giddings” se transforma em 1979 em “meu mestre, o grande Giddings”); 6/8/1922 (ao que era “como diria o sociólogo professor Giddings” foi acrescentado “meu mestre na Universidade de Columbia”); 17/1/1926 (nesse caso toda uma frase é acrescentada: “Filosofia, essa, em que se projeta a influência de outro grande mestre atual da Universidade de Columbia: Giddings”).

45 Freyre, manuscrito autobiográfico ..., ca.1981, cit., p.60-1.

Freyre, só podiam também entusiasmar o jovem aluno. “Os grandes fatos da evolução social”, dizia Giddings num de seus livros (1906), podem também ser encontrados em fontes históricas, jornais e literatura. É assim que, além de autores como Spencer e Adam Smith, seus alunos eram instados a fazer uma leitura diversificada que incluía os ensaístas Hazlitt, Daniel Defoe, Addison e Steele, bem como Plutarco, Homero, Heródoto, Gibbon, Spinoza e até mesmo versículos da Bíblia.

A crer em depoimentos de outros alunos de Giddings, a tardia recordação de Freyre não foi idealizada nem pela nostalgia nem pelo sentimento de culpa, como talvez se pudesse suspeitar. É fato corrente que o professor titular da cadeira de Sociologia (desde 1894) e de Sociologia e História da Civilização (desde 1906) da Universidade de Columbia cativava os alunos com seus “poderes persuasivos”, “seu poder de exposição e de ilustração”, seu amplo espectro de interesses e conhecimento em várias áreas do saber e também com sua capacidade de fazer sua ciência aproximar-se dos debates da época. “Ninguém que o ouviu dar aula jamais poderá ter uma visão estreita das coisas”, concluiu um de seus críticos (Davids, 1968, p.62-73, 71; Gillin, 1927, p.226). Sua sociologia, dizia outro crítico, era “realística”, no sentido de que a teoria se achava sempre unida à “autêntica exatidão histórica de seu material ilustrativo e induções”. Seu repetido lema era: “não é teoria se não funciona” (Odum, 1951, p.87-92). É nesse quadro que ele se referiu ao “possível valor prático da sociologia teórica como uma crítica científica da política pública” (Giddings, 1922, p.123).

Quanto ao estilo ensaístico notado por Freyre, ele se devia, talvez em grande parte, ao que um dos críticos do sociólogo de Columbia descreveu como a expressão de uma “pessoa intensamente humana” que se deixava levar muitas vezes pela emoção. Suas aulas eram “lógicas e estimulantes”, mas ao mesmo tempo “não preparadas” e, portanto, “não sistemáticas”. Nelas havia espaço para denúncias e pregações cheias de paixão que geravam “ondas de acalorada discussão” (apud Davids, 1968, p.63).

Ao prestar tributo ao antigo mestre, Freyre não se expandiu sobre as idéias de Giddings que seriam, por assim dizer, mais ou menos equivalentes em importância à diferenciação entre raça e cultura que devia a

Boas. Que o conceito de “consciência de espécie”, a mais conhecida contribuição de Giddings ao pensamento sociológico, era um conceito útil, fica evidente ao menos desde maio de 1922. A partir de então, Freyre o iria ocasionalmente utilizar e mencionar a seus leitores, aparecendo a “conhecida expressão sociológica” também em *Casa-grande & senzala* (Freyre, 1922a, p.611; 2002, p.278).⁴⁶ Com esse conceito Giddings (1896, p.9-20) procurava expandir o que ficara vagamente subentendido, mas não esclarecido com precisão, nas exposições de Spencer: o fator “subjeto ou volitivo” do fenômeno social e da sua evolução. Baseado na noção de simpatia desenvolvida por Adam Smith em seu *Theory of Moral Sentiments*, Giddings defendia a idéia de que a causa e o índice do progresso podem ser medidos por esse fenômeno sociopsicológico que ele definiu da seguinte maneira: “o estado de consciência no qual qualquer ser, baixo ou alto na escala da vida, reconhece outro ser consciente como de sua mesma espécie” (Giddings, 1898, p.284; 1896, p.17-8).

O exame de alguns textos escritos por Freyre no início de sua trajetória revela que já nos anos 1920 a idéia de equilíbrio como parte da evolução lhe causou alguma impressão, ainda que tenha levado anos para ele chegar à percepção de que esse era um elemento que poderia enriquecer consideravelmente seu quadro interpretativo do Brasil.⁴⁷ Logo ao chegar de volta ao Recife, por exemplo, Freyre proferiu um discurso no seu antigo Colégio Americano Batista (reproduzido no *Diário de Pernambuco*), em que ele se refere com aprovação “à teoria do meu mestre, o professor Giddings, de ser o processo de cultura humana um processo de equilíbrio, de contemporização entre elementos instintivamente hostis. Conseguem-se os progressos ... dentro da ordem, exatamente por meio desta contemporização entre forças cronológica e lo-

⁴⁶ *Diário de Pernambuco*, 30/7/1922; 6/8/1922.

⁴⁷ Ao menos os seguintes textos de Giddings constam hoje da biblioteca de G. Freyre: *The Responsible State*, Boston & New York: Houghton Mifflin, 1918 (autografado e datado, “G. Freyre, Columbia University, New York City, Spring 1921”); *A Theory of History*, New York: Academy of Political Science, 1920 (autografado e datado, “Gilberto Freyre, Columbia University, Dec. 1921”); *The Scientific Study of Human Society*, Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1924; *The Elements of Sociology*, 1913 (autografado e datado “Alfredo Freyre, Abril 1914”).

gicamente diversas".⁴⁸ Pouco tempo antes, durante o curso de Giddings, Freyre não somente marcara sua manuseada cópia de *A Theory of History* nos trechos em que a filosofia da história de Spencer e de Giddings eram apresentadas como casos de equilíbrio, como também – o que é mais interessante – escrevera "equilibration" à margem do trecho em que Giddings tinha descrito a "civilização" como tendo origem na "luta" entre duas energias, a do "Novo" e a do "Velho", da qual nenhuma saía totalmente vencedora. "A Civilização existe porque nem o Velho nem o Novo têm sido capazes de fazer o seu pior, instintiva ou premeditadamente, contra o outro" (Giddings, 1920, p.494-5, 511).

É interessante nos determos nessa idéia que claramente chamou a atenção do jovem Freyre: a de que nenhum dos lados antagônicos vence totalmente e que o equilíbrio garante, por assim dizer, a sobrevivência dos opostos. Uma leitura atenta de alguns de seus textos de juventude revela que ele vê como positiva a coexistência de contrastes, e que estes, em vez de serem conciliados, devem ser coordenados, equilibrados. A conferência de dezembro de 1925, "A propósito de Dom Pedro II", trata da importância na "paisagem moral, política, intelectual" do país do "embate de energias divergentes", que não se conciliam, mas coexistem. Dom Pedro II teria falhado por querer abafar os contrastes, conciliá-los. Ao editar o mesmo texto para sua republicação anos mais tarde, Freyre explicita mais claramente suas idéias. Agindo "em desacordo com o meio e as tradições do nosso país" e levado pelo "pavor à coexistência de antagonismos na política brasileira", Dom Pedro falhou. Sacrificou as "divergências saudáveis", o "entrechoque de antagonismos saudáveis" e não exerceu o papel de equilibrador ou "coordenador de divergências necessárias" que a ele cabia (Freyre, 1926, p.17-22; Freyre, 1987a, p.121-31).

Não sendo um pensador sistemático e não se incomodando com imprecisões, Freyre não se detém a explicitar os conceitos ou noções com que trabalha; no entanto, passagens como essas relativizam, no

⁴⁸ *Diário de Pernambuco*, 28/3/1923 (publicado como um dos anexos ao final do v.2 de *Tempo de Aprendiz*). Na versão de 1979 o trecho "instintivamente hostis" aparece como "instintivamente hostis".

meu entender, o papel de elaborador e de difusor de um poderoso sistema ideológico pelo qual foi freqüentemente criticado. Em nome de uma pretensa harmonia social, esse ideólogo-mestre teria eliminado as contradições do processo histórico brasileiro e criado o mito de um Brasil exemplarmente miscigenado, socialmente democrático (Lima, 1989, p.187-238; Mota, 1994, p.53-73). Se é sem dúvida verdade que, levado muitas vezes pelo entusiasmo, Freyre fez afirmações nesse sentido, em seu trabalho não se encontram exclusivamente afirmações de harmonia ou consenso no estilo de Durkheim. Ao contrário, sua constante referência à idéia de "equilíbrio de antagonismos", inspirada por Carlyle, Spencer e Giddings, dá ao seu pensamento sobre o Brasil uma sutileza e sofisticação que, por assim dizer, em muito qualificam suas afirmações mais apaixonadas.

Antes de dar continuidade a esse processo de rastreamento do que virá a se constituir um dos elementos do paradigma freyreano, cumpre novamente lembrar o que já mencionamos anteriormente: o fato de Freyre ser um leitor eclético em vez de sistemático que tendia, como Samuel Johnson, a deslizar sobre textos variados absorvendo idéias, sugestões e mesmo expressões aqui e acolá, e sem muita preocupação, ao que tudo indica, de se especializar, deter-se e aprofundar-se no que poderiam ser consideradas disciplinas especialmente apropriadas para quem pretendia estudar as sociedades. Afinal, como ele parecia estar descobrindo (e mais tarde iria textualmente admitir) para a satisfação de sua inclinação literária, havia ensaístas como Lafcadio Hearn que enxergavam mais, como simples escritores, do que muitos sociólogos (Freyre, 2002, p.110-1).

Assim, ao dizer que a idéia de equilíbrio entre forças antagônicas presente em Spencer e Giddings foi importante para a trajetória de Freyre, cumpre salientar que ele a iria desvencilhar do pesado aparato científico e filosófico de seus inspiradores e de todos os cientistas sociais que, na primeira metade do século XX, iriam também fazer do conceito de equilíbrio um elemento essencial de suas abordagens. Como Cynthia E. Russett (1966, p.15-27, 42-53 e passim) bem argumentou, a partir de Comte, Spencer e Ward, três sociólogos de forte formação científica, o conceito de equilíbrio entrou nas ciências sociais como um instru-

mento de análise científica baseado nos modelos da física e da química, cujo rigor se buscava emular. Isso não se aplica, absolutamente, a Freyre, para quem, em vez de se impor como um instrumento rigoroso de análise social, “equilíbrio de antagonismos” terá um papel mais fundamentalmente descritivo e também normativo. E porque Freyre identificou equilíbrio como um elemento altamente positivo, sua tentativa de descrever a realidade social brasileira utilizando-se dessa noção como uma espécie de metáfora de contemporização entre forças antagônicas que se impõem mútuas restrições esteve fadada a se deixar levar pelo entusiasmo ocasional; pois, em vez de descrever a formação da sociedade brasileira com relativa objetividade, a descrição freyreana revelou, às vezes, mais propriamente os valores sociais que ele aprendera a admirar. Tropicalizada e modificada, a idéia de equilíbrio reaparecerá em sua obra, desse modo fazendo que ele visse não só a Inglaterra como uma cultura onde homens, classes, raças, gerações, doutrinas e credos são sabiamente equilibrados (tal como Carlyle e Spencer o haviam preparado a ver), mas predispondo-o a ver também o Brasil com uma lente conciliadora. A mitificação da realidade brasileira como uma democracia racial que se pode encontrar em algumas passagens da obra de Freyre – e que talvez escrevesse pensando especialmente no público norte-americano – seria o exemplo mais ilustrativo dessa intenção descritiva que resvala em prescrição normativa.⁴⁹ É como se nos seus momentos de maior entusiasmo Freyre idealizasse a realidade brasileira e produzisse um discurso “para anglo-saxão ouvir”. Nesse sentido, é bastante plausível acreditar que o “brasileirismo” de Freyre, que compreensivelmente se acentuara após suas experiências estrangeiras, mais iria crescer na medida em que se via habilitado a contribuir para melhorar a visão que os norte-americanos e europeus tinham do Brasil e dos brasileiros. Uma carta de Freyre a seu editor e amigo José Olympio, escrita dias

49 Seria de grande interesse fazer uma comparação sistemática entre os trabalhos de Freyre dirigidos ao público brasileiro e aqueles originalmente publicados em inglês, que foram destinados a um público não brasileiro. Suspeito que, nesses casos, a idealização mais forte da realidade social brasileira tem a ver com uma consciente estratégia de desenvolver um discurso mais para estrangeiro ouvir. Ver, por exemplo, Freyre (1945a; 1940a; 1940b).

após o suicídio de Getúlio Vargas, dá disso claro testemunho. Dizendo admirar e concordar “em vários pontos” com “certo brasileiro” do ex-presidente e lamentar “a gente que às vezes o cercou”, faz a seu amigo um pedido. Como estava para ir aos Estados Unidos falar para auditórios universitários “de primeira ordem”, gostaria que ele, após transmitir um “abraço amigo de pêsames” a Lourival Fontes – antigo diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) do Estado Novo e chefe do Gabinete Civil do presidente Vargas –, lhe pedisse que enviasse com urgência “alguma coisa” sobre a política ou a orientação de Getúlio que ele considerasse “de interesse do Brasil revelar a auditórios universitários de primeira ordem”. Teria o prazer em “apresentar tais pontos de vista”, diz Freyre; “mesmo que não concorde com eles”, acrescenta.⁵⁰

Nessa tentativa de acompanhar o processo de amadurecimento e reflexão que iria levá-lo a criar um novo paradigma importa, no entanto, salientar o momento em que, percebendo a possibilidade de combinação das duas noções que em parte descobrira pelos britânicos, ele desenvolveu a idéia de que a miscigenação cultural e racial era a marca equilibradora distintiva da cultura brasileira. Pois se, de um lado, como antes apontamos, Freyre transformou o que era um problema – mistura racial – numa solução, de outro aplicou ao Brasil noções com as quais alguns ingleses vinham se analisando; e, como resultado, pôde interpretar os brasileiros como ingleses tropicais em sua composição mista e em seu amor pelo equilíbrio ou compromisso. Em outras palavras, a distância e o contato com novas idéias haviam predisposto Freyre a observar a composição étnica da população brasileira com novos olhos de aprovação, e, ao mesmo tempo, a seguir a “lição dos ingleses” e encontrar “antagonismos em equilíbrio” na sociedade brasileira. Da junção dessas duas noções surgiria, enfim, a visão revolucionária do Brasil que tantos viram em *Casa-grande & senzala*.

50 Carta de Gilberto Freyre a José Olympio, 27/8/1954, cópia no AFGF. Sobre a complexidade ideológica da década de 1930 e a inserção de Lourival Fontes nesse contexto, ver Lippi Oliveira, 2001, p.37-58.

Rüdiger Bilden: um interlocutor esquecido⁵¹

Este é o momento de tentar recuperar o papel que teve na trajetória intelectual do jovem Freyre o brilhante e promissor colega de Columbia, Rüdiger Bilden. Mencionado pelo próprio Freyre em 1933 como a pessoa que lhe dera “sugestões valiosas” para o seu *Casa-grande & senzala* e que desenvolvia um amplo estudo sobre a escravidão com “o rigor e a fleuma de sua cultura germânica”, Bilden foi, no entanto, uma figura até hoje relativamente esquecida nas análises das fontes inspiradoras de *Casa-grande* (Freyre, 2002, p.6-7; Marcondes, 1987; Chacon, 1993, p.219-21; Larreta e Giucci, 2002, p.724; Larreta, 2001). Talvez pelo fato de estar praticamente ausente das referências biobibliográficas e também de as referências de Freyre a ele terem-se tornado mais esparsas e rarefeitas com o passar do tempo –, enquanto as referências a outros eram constantes e sempre entusiásticas –, seu nome seja pouco citado e sua importância não seja devidamente avaliada nos estudos freyreanos (Freyre, 1936, p.IX; 1943; 1945a, p.133; 1957b, v.I, p.75; 1968a, p.130-1; 1975, p.139, 178, 181, 203-4; 1983a, p.194; 1987a, p.72). Creio, no entanto, que existam suficientes indícios para argumentar que Rüdiger Bilden foi o interlocutor de carne e osso de que Freyre necessitava para dar o arranque final da sua nova interpretação do Brasil. Hearn, Chesterton, Spencer, Giddings e mesmo Roquette-Pinto e Boas, apesar de importantes, eram interlocutores muito distantes ou, por assim dizer, mais ou menos desencarnados para exercer esse papel.

O elemento de união entre a noção do progresso de cultura humana como um processo de equilíbrio entre elementos hostis e a idéia de que a miscigenação é algo bom, belo e enriquecedor muito se inspiram, ao que tudo indica, na interpretação que Bilden vinha desenvolvendo desde 1922 – quando Freyre ainda tinha, como vimos, um longo caminho a percorrer para se tornar o autor de *Casa-grande & senzala* – sobre as características distintivas do colonizador português, aí incluindo sua mis-

⁵¹ As fontes utilizadas para esse estudo sobre “o interlocutor esquecido” de Freyre serão apresentadas na sua totalidade no livro *A tragédia de um historiador: Rüdiger Bilden, ou o interlocutor esquecido de Gilberto Freyre* (cuja versão abreviada é aqui apresentada), a ser publicado proximamente.

cibilidade. Freyre desde muito cedo se inteirara disso, tanto por meio de conversas e correspondência com o próprio Bilden, como por intermédio de Oliveira Lima, de quem Bilden se aproximara em dezembro de 1923 para discutir seu trabalho e em cuja biblioteca encontrara, como disse, “uma mina de ouro” para a tese que desenvolvia. “Minha dissertação está ameaçando adquirir imensas proporções”, relatou Bilden em dezembro de 1923 ao jovem amigo do Recife.

O encontro de Bilden com Freyre em Nova York, cumpre apontar, fora também determinante na própria trajetória intelectual do jovem historiador alemão: seu interesse geral pela questão da escravidão nos Estados Unidos e pela história da América Latina se desviara para o Brasil a partir do contato com Freyre em Columbia. Como relatou a seu antigo colega, Melville Herskovits, a dissertação de mestrado de Freyre em Columbia “sobre a vida social do Brasil no meio do século 19 era um bom trabalho, a leitura do qual, em manuscrito, me interessou pela primeira vez pelo problema da escravidão brasileira e me lançou em meus estudos brasileiros”. Essa influência recíproca do jovem alemão e o jovem pernambucano seria claramente expressa por Freyre dez anos mais tarde, quando afirmou que dentre os colegas de Columbia, o “teuto-americano Ruediger Bilden ... foi o que fez maior impressão sobre mim e que, por sua vez, confessa ter sob o estímulo de preocupações e trabalhos meus, se dedicado ao estudo da escravidão e das instituições patriarcais na América, em geral e no Brasil, em particular” (Freyre, 1943).

“A escravidão como fator na história brasileira” (*Slavery as a factor in Brazilian history*) era o título da pesquisa desenvolvida por Bilden desde 1922. Seu objetivo era relacionar o “método de produção” econômica do Brasil escravocrata à sua história política, social e cultural e, para isso, a escravidão era analisada sob os vários aspectos de sua “produtividade”: “material, social, política e cultural”.

Pode-se dizer que o projeto de pesquisa original de Bilden incluía alguns tópicos que se inspiravam no mestrado de Freyre de maio de 1922: a analogia entre o “poder dos grandes plantadores” e o dos senhores feudais; a caracterização do “grande engenho brasileiro como uma unidade social e economicamente auto-suficiente” e a idéia de que os escravos brasileiros recebiam um tratamento humano que em muito

contrastava com o de outros países e até com o dos operários europeus de meados do século XIX (Freyre, 1922a, p.605-8).

Por outro lado, Bilden inaugurava em seu projeto de 1922 a discussão de tópicos que, ausentes das preocupações iniciais do jovem Freyre, serão, no entanto, desenvolvidos magistralmente por ele em *Casa-grande & senzala*: o contraste entre o sistema português de colonização e o anglo-saxão; a importância das tradições sociais, políticas e culturais portuguesas na herança colonial e no desenvolvimento do Brasil; a profunda influência da “escravidão doméstica” na “vida privada e familiar brasileira” – na sua moral, no seu caráter, nos seus costumes, aí incluindo, especificamente, o “desenvolvimento mental, moral e cultural dos filhos do senhor do engenho”. Bilden chega a dizer, logo no início de sua pesquisa, que “a família no norte do Brasil” era “uma das partes mais importantes” de sua investigação, relacionando-se diretamente com a questão da escravidão.

Foi para desenvolver essa ambiciosa pesquisa que Bilden obteve uma bolsa de estudos que lhe permitiu vir ao Brasil no final de 1925, onde permaneceu por volta de um ano, levantando dados e amadurecendo suas idéias sobre a “relação entre métodos de produção e energia cultural”. Sua hipótese inicial era de que, direta ou indiretamente, todos os aspectos da cultura e da sociedade brasileiras haviam sido profundamente marcados pela escravidão e de que talvez fosse possível “colocar o dedo em fatos concretos” que o evidenciassem para “deles derivar conclusões concretas e acuradas”. Sua pesquisa no Brasil, conforme logo admitiu, confirmara essa hipótese e tornara possível demonstrar muito do que era antes “vagamente aparente”; e mais ainda, ao mostrar que a influência exercida pela escravidão na “vida nacional e privada brasileira” era até mais ampla do que havia antes suposto, provava, quase conclusivamente, que a escravidão fora “a força básica na vida brasileira”. É com grande ânimo, pois, que Bilden comunica a amigos no final de 1926 que já começara a escrever o seu livro e que, as condições ajudando e lhe sendo possível ficar no Brasil mais um ano (o que não ocorreu), terminaria grande parte dele antes de retornar aos Estados Unidos. Como veremos a seguir, as condições em nada o ajudaram e a ambiciosa obra de Rüdiger Bilden jamais chegou a ser finalizada.

O artigo em que Freyre apresentou o amigo de Columbia aos seus leitores, por ocasião de sua visita ao Recife, aonde chegou no final de 1925, é bem ilustrativo do entusiasmo e da admiração sem restrições que sentia nessa época pelo trabalho inovador que “o jovem e brilhante historiador alemão” então desenvolvia sobre o Brasil. Sem filiar as idéias de Bilden às de Giddings (de quem, na verdade, este não foi aluno) nem apontar qualquer coincidência entre as idéias de seu colega alemão e suas próprias idéias, o que faria mais tarde, Freyre parecia, nesse momento, querer enfatizar a grande originalidade do trabalho que o jovem historiador estava desenvolvendo.⁵²

Sua maior novidade, é o que Freyre parece perceber, era aplicar à pesquisa histórica os ensinamentos das “mais recentes pesquisas científicas” sobre a existência de “íntimas e sutis relações entre as mais diversas forças de vida”. De fato, o plano de trabalho de Bilden é bastante revelador de quanto a noção de “energia”, importada da física, ainda permeava o pensamento social do período, pensamento que insistia em acreditar numa “concepção do mundo e da vida cientificamente unificada, total”. No caso de Bilden, mais do que filiadas a Giddings (tal como Freyre acrescentou na versão de 1979), suas idéias sobre combinação ou interação de energias ou “forças diversas”, seguiam muito provavelmente a tradição germânica antiidealista e antivitalista conhecida como “materialismo reducionista”, parte do “movimento empiricista radical” que floresceu na Alemanha no século XIX. Inaugurada por cientistas como Helmholtz (1821-1894), Virchow (1821-1902) e Carl Vogt (1817-1895) e estreitamente filiada ao desenvolvimento da física e da química do início do século, essa era uma tradição científica que buscava, com seus experimentos, “quebrar a barreira entre o inorgânico e o vivo e entre vida interior e exterior, corpo e mente”. É importante enfatizar, como John Burrow bem apontou, que na Alemanha pós-1848 essa tradição científica iria adquirir uma conotação política radical; e, também, que esse chamado “movimento empiricista radical” alemão foi

52 *Diário de Pernambuco*, 17/1/1926 (repblicado com significativas mudanças em Freyre, 1979a, p.249-52 e em Freyre, 2001b, p.34-9). Este artigo e suas variações estão reproduzidos no apêndice deste livro.

marcante na formação de Franz Boas, o professor, amigo e conterrâneo de Rüdiger Bilden (Burrow, 2000, p.33-67; Russett, 1966, p.15-27; Wax, 1956; Boas, 1974c; Kluckhohn & Pruffer, 1959; Gregory, 1977; Smith, 1959).

Pressupondo um padrão teórico que identificava “o trabalho escravo” com o “processo de utilização de energia” ou “método de produção” que dera origem à civilização brasileira, Bilden, conforme Freyre explicava aos seus leitores, desenvolvia a idéia de que estudar a escravidão era, na verdade, “estudar a história do Brasil”. A relevância das idéias de Bilden para uma inovadora interpretação do Brasil é então apresentada por Freyre com indiscutível entusiasmo. Empolga-o, por exemplo, o que Bilden entende pelo estudo das civilizações e o modo como essa sua concepção repercute no estudo da sociedade criada pelo “grande esforço português”.

Para o jovem e brilhante historiador alemão, o estudo das civilizações – da brasileira, por exemplo, ou seja, o desenvolvimento do grande esforço português que criou, pelo trabalho escravo, a moderna agricultura tropical – é, em última análise, o estudo da pior ou melhor utilização de energia. A energia não é jamais estática, explica o Sr. Rüdiger Bilden. Se não cresce nem se expande – o imperialismo é uma expansão de energia – parece ou se torna molemente passiva em proveito de forças estrangeiras. As energias tendem a chocar-se rudemente; mas é possível dar-se a sua combinação em proveito de um grande interesse comum, maior que as diferenças, refinando-se assim a brutalidade da vida; elevando-se assim a vida nas suas qualidades e condições de beleza, ou estéticas, como nas suas qualidades ou condições de amor e simpatia humana, ou éticas.

A idéia de que uma civilização tanto mais se desenvolve quanto mais complexa se torna (idéia bem presente também no pensamento spenceriano) e quanto mais dá espaço para que as forças diversas interajam fascina Freyre, especialmente, é de crer, pelo que isso implicava de crítica a um dos maiores males da “democracia burguesa”: a tendência à uniformidade e à “redução de todas as forças ao ‘standard’ da maioria”. Para que uma civilização progrida, é imperativo que haja, no entender de Bilden, uma “harmoniosa e quase se poderia dizer musical interação de forças diversas. Só assim se rejuvenescem as mesmas forças”.

Empolgava-o também – e talvez sobretudo – a ampla e nada convencional noção de “método de produção” que Bilden então veiculava. Desconsiderando a usual diferenciação entre o espiritual e o material – na linha da corrente reducionista alemã, de Spencer e tantos outros pensadores do século XIX –, seu ex-companheiro de Columbia entendia por “produção” tanto os valores econômicos quanto os “mais sutis valores de cultura”, esclarecia Freyre. É por isso que seu projeto de estudar a civilização brasileira por meio da escravidão, ou seja, do método de produção “que a criou e continua a plasmá-la” era algo extremamente arrojado. “A escravidão tornou possível uma cultura nacional brasileira. Tornou possíveis os começos, no Brasil, de uma arte autóctone. Estudá-la é estudar a história do Brasil na qual tudo o mais ... é secundário ou dependente ou exterior”.⁵³

O entusiasmo e a admiração que Freyre manifestou no artigo de janeiro de 1926 pelo projeto de Rüdiger Bilden era compartilhado por Oliveira Lima. Como o orgulhoso anfitrião recifense disse aos leitores do *Diário de Pernambuco* citando carta vinda de Washington, seu velho amigo acreditava que o “grande trabalho” de Bilden iria “nos” dar “o estudo definitivo da escravidão”. Confirmando tal avaliação, Oliveira Lima foi pródigo nas suas *Memórias* sobre as qualidades do jovem pesquisador alemão e seu tema de tese de doutoramento: “O Sr. Bilden é dotado da faculdade alemã de observação das realidades, mas a mentalidade germânica está sabidamente longe de desprezar as feições idealistas”. Daí seu preparo para enfrentar um tema novo e ambicioso: a questão da influência da escravidão na “nacionalidade brasileira, para depois comparar-lhe os efeitos com os produzidos pela escravidão nos Estados Unidos ... Se a minha biblioteca, onde o Sr. Bilden tem estado por meses trabalhando, não tivesse outro préstimo ... eu já me dava por satisfeito de a ter formado” (Lima, 1937, p.64-5).

53 Na versão publicada em 1979, Freyre acrescentou ao texto original a seguinte frase: “Filosofia, essa [a de Bilden] em que se projeta a influência de outro grande mestre atual da Universidade de Columbia: Giddings”. Nas duas outras versões desse artigo – a de 1973 (publicada em 2001) e de 1979 – Freyre alude a coincidências entre as idéias dele e as de Bilden; e em 1975, em *Tempo morto*, se refere ao trabalho que Bilden estava desenvolvendo em 1926 como “assunto meu”.

Sem dúvida, era impressionante e admirável a determinação que tinha Bilden de fazer um levantamento de uma “bibliografia completa em todos os assuntos brasileiros” antes de dar início a seu trabalho de campo no Brasil. Quando levantou o que considerava uma “coleção razoavelmente completa” que continha perto de seis mil títulos, ele admitiu que com essa base conseguira “o *insight* necessário do material existente” para levar seu trabalho avante. No relatório de 1925 sobre o andamento do projeto, Bilden explicava que, na verdade, sua intenção era publicar, em volume independente do doutorado, uma bibliografia crítica anotada que pudesse ser “uma grande ajuda aos outros estudiosos do campo”.

Compreensivelmente, esse seu projeto paralelo também atraiu a atenção do jornalista do *Correio da Manhã*, que escreveu uma matéria sobre o “professor Rüdiger Bilden”, recém-chegado ao Rio de Janeiro. No Pará, em Fortaleza e no Recife ele fizera “estudos preliminares” para o seu projeto sobre “a influência da escravidão negra sobre a evolução do Brasil moderno”; após um período de trabalho “nas bibliotecas e arquivos da capital brasileira”, pretendia viajar pelo Sul e pelo Norte a fim de ampliar seus conhecimentos sobre o vasto país. Expressando-se “com relativa facilidade” em português, o jovem pesquisador explicara ao articulista que “como um subproduto” de sua investigação sobre a escravidão brasileira, estava compilando uma “bibliografia crítica do Brasil, em que serão examinados, criticamente, com relação aos seus conteúdos e méritos, os livros, artigos e documentos que tratam deste país”. Freyre também muito se impressionou com o material levantado pelo amigo alemão e a leitura que fez no Recife de “alguns dos cartões que constituem a sua forte e numerosa bibliografia” acentuara ainda mais sua crença de que ele estava “animado de um entusiasmo nietzschiiano de renovação”. Não havia dúvida, dissera então Freyre aos seus leitores do *Diário de Pernambuco*, de que a história brasileira e americana não seriam mais as mesmas após as inovadoras análises de Rüdiger Bilden.⁵⁴

As informações sobre esse jovem intelectual que tanto prometia são poucas, mas suficientes para se saber que ele foi um indivíduo bata-

⁵⁴ Todas as citações do *Diário de Pernambuco* dizem respeito ao artigo de 17 de janeiro de 1926, reproduzido no apêndice deste livro.

lhador, intelectualmente ambicioso e perseverante a quem o destino reservou dificuldades que acabaram por se mostrar insuperáveis. Nascido em Eschweiler, sudoeste da Alemanha, em 1893, Bilden chegou aos Estados Unidos em 1914, pouco antes da Primeira Guerra Mundial, aparentemente após abandonar o navio-mercante onde trabalhava e ao qual deve ter se filiado com a intenção de fugir de uma guerra terrível que muitos viam aproximar-se. Matriculou-se na Universidade de Columbia em 1917 e, quando Freyre ali ingressou, em 1921, estava concluindo o bacharelado e já era casado com Jane, uma “linda sulista” a quem Freyre sempre se referirá com afeição. Logo a seguir, em 1922, ele iria iniciar o curso de pós-graduação sob a orientação de William Shepherd, professor que muito o estimulava e de quem se tornou bastante próximo. É um dos meus “melhores amigos”, disse Bilden em janeiro de 1928.

Seu amplo espectro de interesses e conhecimento, fruto de uma educação humanística germânica bastante esmerada, distinguia-o dos demais estudantes. Em 1923, não obstante seu doutorado ser em história latino-americana, seguia cursos sobre “período helenístico”, “história antiga”, “história russa”, “teorias políticas americanas” e “América Latina”; além disso estudava grego, latim, português e holandês. Considerava-se fluente na leitura de cinco línguas (português, inglês, francês, alemão e holandês), mas em 1925 manifesta o propósito de melhorar seu conhecimento de italiano, espanhol e também dinamarquês, já que esta língua parecia-lhe essencial para o estudo de “tratados científicos de alta importância” para o seu trabalho sobre a escravidão brasileira.

A vasta cultura e o interesse de Bilden, aliados a uma especial disposição para “longas conversas especulativas” e ao fato de se mostrar pessoa simples, generosa e idônea, tornavam-no um interlocutor precioso a quem seus colegas apelavam com prazer. O jornalista do *Correio da Manhã* ficara surpreso com seus modos e aparência. Esperando um “Herr Professor” grave, solene, e talvez pomposo, se vira diante de “um homem moço, de maneira simples e de uma jovialidade comunicativa”. Aos amigos que o procuravam para pedir opinião sobre trabalhos e textos, fazia freqüentemente uma análise profunda e erudita ser acompanhada de sugestões concretas e palavras animadoras, construtivas e calorosas. Regozijava-se com o sucesso dos amigos e estava sempre pron-

to a interferir a favor deles e lhes dar informações sobre novos livros, idéias e possibilidades de pesquisa e trabalho; e isso mesmo quando suas próprias condições de vida iam-se tornando, com o passar do tempo, mais e mais sofríveis. No caso de Freyre, por exemplo, empenhou-se durante anos em traduzir, em colaboração com a amiga Dorothy Loos, *Sobrados e mucambos*, livro que seria publicado, ao que parece, pela editora Macmillan. "Perfeccionista incorrigível", Bilden queria evitar que nesse livro houvesse as falhas da tradução de *Casa-grande & senzala*. Sem conhecer o Brasil e sua história, Putnam não pudera fazer o que ele estava tentando fazer com *Sobrados e mucambos*.⁵⁵ Exigente, até em demasia, consigo mesmo quanto à precisão, à profundidade e à fundamentação das idéias que desenvolvia, ajudava e incentivava também os amigos a se superar. As perguntas que lhe faziam eram usualmente respondidas com abundância de idéias e dados; "com completude erudita" numa "carta esplêndida", como disse certa vez um deles. Com Freyre, por exemplo, insistia que aprendesse alemão, sem o que suas possibilidades de desenvolver um trabalho profundo e rigoroso ficariam limitadas. No ínterim, no entanto, o ajudava a compensar aquela falha traduzindo os autores alemães a quem não tinha acesso diretamente ou falando-lhe deles.⁵⁶ Entende-se, portanto, que seus ex-colegas de Columbia, Francis Simkins e Gilberto Freyre, devessem muito a ele. "Deus bem sabe que Rüdiger educou você e a mim", escreveu Simkins a Freyre certa vez, lembrando-lhe que deviam esforçar-se por "dar um jeito" na situação do velho amigo subempregado, pessoa com quem a vida não tivera muita complacência.

Nos anos 1920, no entanto, não havia indícios de que o destino desse jovem intelectual promissor seria tão distante das expectativas de todos os seus conhecidos e que ele terminaria seus dias como um modes-

55 Não sabemos se essa tradução foi concluída. A tradução publicada em 1963 por Alfred A. Knopf foi feita por Harriet de Onís e apresentada por Frank Tannenbaum. Dorothy Scott Loos é autora de *The Naturalistic Novel of Brazil* (1963) e tradutora de espanhol e português. Entre suas traduções consta o *Dora, Doralina* de Rachel de Queiroz.

56 Sérgio Buarque de Holanda era outro amigo fluente em alemão que também ajudava Freyre com traduções (cf. carta de G. Freyre a Rodrigo M. F. de Andrade, s.d., em Freyre, 1978, p.253).

to escriturário. Em Columbia, por exemplo, seu orientador, William Shepherd, e Edwin Seligman, renomado professor de Economia Política, não tinham dúvidas de que valia a pena lhe garantir as condições econômicas de que necessitava para prosseguir o importante trabalho que iniciara em novembro de 1922. "Ele é um jovem de marcante habilidade, muito trabalhador, ambicioso e bem equipado por temperamento e treinamento para desenvolver uma pesquisa produtiva", afirmou Shepherd. Por sua vez, em nome da Faculty of Political Science de Columbia, Seligman dizia: "Nós todos temos o Sr. Bilden em alta consideração e o achamos eminentemente qualificado para completar a tarefa, cuja importância está acima de qualquer dúvida". O responsável pelo Departamento de História da mesma universidade era ainda mais pródigo nos elogios:

É opinião dos professores que melhor conhecem seu trabalho que ele é um dos estudantes mais capazes que têm estudado em Columbia sob nossa direção nos últimos anos. Ele tem um raro cabedal de conhecimento lingüístico e de capacidade analítica, e, acima de tudo, possui um entusiasmo intenso e implacável pelo grande empreendimento em que embarcou. Em todos os seus compromissos, tanto os acadêmicos quanto os de outra natureza, tem-se mostrado digno de confiança e, tanto quanto se pode observar, tem mostrado uma fidelidade absoluta em cumprir suas promessas e propostas. Ele não é, de modo algum, um especialista estreito, tendo feito trabalhos excelentes em todos os nossos ramos de história; no entanto, pode-se dizer que ele adquiriu o *status* de um especialista em material brasileiro devido a ter-se devotado seriamente ao estudo desse tema por vários anos. Ele é um *gentleman* com encanto pessoal e eu acredito que causará boa impressão entre os oficiais e outros cidadãos do Brasil com quem entrar em contato.

Tivesse o próprio Departamento de História fundo suficiente, "não posso pensar em qualquer outra investigação em andamento na qual investiríamos com maior boa vontade e satisfação". Mesmo se descontando os exageros usuais em cartas de apresentação, é inegável que Bilden se impunha como jovem sério, promissor, talentoso e de inusitada cultura; e que se distinguia, além do mais, por ser movido mais pelas realizações propriamente intelectuais do que pelos louros acadêmicos.

Essas qualidades eram corroboradas por outro grande mestre de Columbia, seu conterrâneo Franz Boas, de quem Bilden também se tornou amigo íntimo e colaborador. A gratidão que sentia por ter sido seu aluno era imensa, confessou Bilden por ocasião do aniversário de 80 anos do velho professor: “A herança intelectual e cultural que recebi do senhor será sempre a estrela a guiar minhas atividades”. Em certa ocasião, quando os Boas estiveram na Califórnia, eles franquearam a casa de Grantwood em Nova Jersey aos Bilden, que lá viveram durante sua ausência.

A herança cultural que compartilhavam também contribuía, é de crer, para que Boas confiasse no trabalho empírico de Bilden e lhe encomendasse – por ocasião de sua permanência no Brasil em 1926 – uma pesquisa sobre famílias portuguesas que “viveram por muito tempo num clima tropical sem se misturarem com outras raças”. O objetivo de Boas era testar a idéia difundida pela literatura antropológica da época de que, nos trópicos, uma família branca tinha de escolher entre misturar-se ou extinguir-se.⁵⁷ Nessa ocasião, Boas também esperava obter de Bilden dados sobre a questão da “consciência de raça”, tema que então investigava. Diferentemente de “unidade de raça” biológica, noção totalmente infundada que não merecia atenção, a “consciência de raça” exigia que se discutisse a possibilidade de não ser algo instintivo, como alguns argumentavam, mas sim algo “estabelecido pelos hábitos desenvolvidos na infância”. As informações enviadas do Brasil por Bilden – e cujos dados Boas publicou no seu *Anthropology and Modern Life* citando a fonte – deram-lhe subsídios para o fortalecimento de sua suspeita de que se tratava mais de um efeito de hábito do que de instinto (Boas, 1929, p.64). Como Bilden lhe comunicara, o Brasil era um rico manancial a ser explorado. Tendo herdado dos portugueses uma grande “confusão de raças”, ou mesmo certa “promiscuidade” (tema que fazia parte do plano de estudo de Bilden), e revelando possuir uma consciência racial muito débil, o Brasil impunha-se indiscutivelmente como “o país

57 Segundo Bilden, os Cavalcanti Albuquerque de Pernambuco e os Wanderley da Bahia eram umas das poucas velhas famílias brancas em que se podia demonstrar a ausência de sangue negro.

mais interessante” do ponto de vista dos estudos sobre raças. Cumpre também aqui notar que os importantes contatos que Bilden fez no Rio de Janeiro com intelectuais da envergadura de Roquette-Pinto e Capistrano de Abreu foram aparentemente intermediados por Franz Boas, e que foi muito provavelmente por meio de Bilden que Freyre tomou conhecimento, durante sua visita ao Rio em 1926, do antropólogo brasileiro que iria tornar-se seu importante interlocutor.

Ao longo dos anos, quando dificuldades econômicas das mais sérias esmoreciam as forças de Bilden para finalizar um trabalho excessivamente ambicioso, amplo e volumoso para ser desenvolvido no meio de uma vida atribulada e de penúria, Boas estava sempre a apoiá-lo em pedidos de bolsas de estudo ou tentando arranjar-lhe um emprego mais estável que lhe desse paz de espírito para escrever. A época não era, no entanto, nada propícia. À recessão se somava o antigermanismo do período entre guerras, e poucas chances havia para alguém como Rüdiger Bilden que, além de ser alemão, se especializava em relações raciais, um tema não propriamente muito popular nos Estados Unidos de então. “Principalmente devido à minha nacionalidade alemã” tenho fracassado em obter uma posição num “college ou universidade norte-americana”, queixa-se ele em meados de 1924, referindo-se a um problema que o acompanhará ao longo de toda sua atribulada vida.

Nessa época, no entanto, a sorte estava de seu lado e, após um processo tenso e difícil, Bilden obteve uma *fellowship* – a única que obteria em sua vida –, que durante três anos lhe deveria garantir as condições econômicas de que necessitava para prosseguir o trabalho iniciado dois anos antes, em novembro de 1922. A amplitude do trabalho planejado extravasava de longe, no entanto, o que era realizável em três anos. O prof. William Shepherd, que inicialmente o estimulara a ser exaustivo, tentara dissuadi-lo, logo ao final de 1923, de continuar seu trabalho de investigação, com o que outro amigo também concordava. Que se limitasse a “satisfazer as exigências” para o grau de doutor com uma tese de duzentas páginas, arranjasse um emprego e voltasse a trabalhar no projeto original mais tarde, era o conselho de ambos. Bilden, no entanto, perseverou, e logo ao terminar os três anos de *fellowship* encontrou-se novamente em sérias dificuldades econômicas e com sua auto-estima, é

de supor, também abalada. Afinal, o esforço fora grande para chegar até aquele ponto e a expectativa entre amigos, colegas e professores era, inquestionavelmente, das maiores.

O excelente artigo que Bilden publicou na renomada revista *The Nation* em janeiro de 1929, intitulado “Brazil, Laboratory of Civilization”, parecia bastante auspicioso (Bilden, 1929, p.71-4). O amigo e admirador Roquette-Pinto não escondeu sua admiração pelas idéias veiculadas pelo texto para um público tão necessitado de palavras de bom senso. Afinal, elas acrescentavam uma fundamentação histórica à sua idéia de que o mestiço brasileiro não era um problema biológico, mas econômico e social. Era por isso mesmo lamentável, como disse, que trechos das “páginas brilhantes” que esse “bom amigo do Brasil” escrevera tivessem sido cortados no que tinham “de mais valioso, como apreciação insuspeita dos nossos mestiços”; “necessidades da imprensa que precisa agradar aos seus leitores...”, conclui (Roquette-Pinto, 1978, p.29).

A despeito de o artigo ter sido “cortado e mutilado”, como se queixou Bilden, ele revelava que seu autor tinha raras qualidades: de um lado, que era capaz de combinar a capacidade de fazer uma observação meticulosa dos detalhes de um problema específico com a de vê-lo como parte de um todo mais amplo; de outro, que ele não só era efetivamente inovador em sua abordagem como também tinha a capacidade de escrever sobre um assunto sério e complexo numa linguagem acessível a um público leigo.

Escrito sob encomenda para ser publicado nos Estados Unidos por ocasião da visita ao Brasil do presidente recém-eleito, Herbert Hoover, em dezembro de 1928, o artigo de Bilden – que desenvolve alguns pontos anunciados no seu plano de 1922 – tinha um objetivo muito claro: apresentar a um público de uma sociedade violenta e segregadora uma visão alternativa mais humana e salutar.

O artigo inicia lembrando o difundido estigma do Brasil como país fadado a ser inferior devido à sua composição racial, estigmatização feita insistentemente, como aponta o autor, não só por leigos como também por cientistas que se esmeravam em cometer “atrocidades intelectuais contra a América Latina e o Brasil em particular”. Contrapondo-se à forte corrente que, fora e dentro do Brasil, via o destino do país como

fundamentalmente negativo – nada de bom se pode esperar de um país de “raça mongrel” dirigido por um “governo mulato”, afirmava o estereótipo –, Bilden argumenta que a alegada inferioridade do país tinha uma explicação histórica e não biológica, cultural e não racial.⁵⁸

Aludindo à viagem de Hoover ao Brasil, a “good will trip” organizada como parte da política de boa vizinhança com a América Latina – a “Good Neighbor Policy” que o novo presidente introduzira para melhorar as relações estremecidas devido à intervenção armada que seu antecessor Coolidge fizera no Haiti e na Nicarágua –, Bilden alertava que, ainda que louvável, tal política seria estéril se não fosse acompanhada de “um conhecimento elementar” dos países envolvidos. E, no caso do Brasil, diz, a ignorância de um aspecto básico de sua história tinha que ser primeiramente sanada. Tratava-se, pois, de tornar público o fato de esse país latino-americano ser de origem portuguesa e de, diferentemente da América espanhola, não ter sido colonizado por um povo “em busca de ouro, aventura e prosélitos”, como fora o espanhol. Ignorando-se isso, qualquer compreensão da cultura e do problema da raça no Brasil torna-se impossível, “pois ambos estão fundamentalmente determinados pelo desenvolvimento e caráter da colonização portuguesa”. Fora um sistema de colonização caracterizado por três aspectos – monocultura latifundiária, escravidão e miscigenação – que dera ao país condições para se desenvolver de modo *sui generis* e impor-se como modelo alternativo de civilização.

Uma série de circunstâncias históricas portuguesas, aí incluindo falta de gente para levar avante seus empreendimentos de além-mar na África, na Ásia e nas Índias Ocidentais, haviam contribuído para que a colonização do Brasil se fizesse “por meio do latifúndio, do trabalho escravo importado e da criação de uma classe de raça mestiça adaptada ao meio e irmanada à causa lusitana”.

Detendo-se particularmente na questão da miscigenação existente no Brasil, Bilden a relacionava à “propensidade” adquirida pelos portugueses de se unir a outras raças ao longo de sua experiência de dominação moura seguida por empreendimentos na costa africana. Dando con-

58 Sobre o significado original de *mongrel*, ver capítulo 3, nota 64.

tinuidade, e mesmo acentuando esse traço, “o Brasil se desenvolveu como uma sociedade escravocrata na qual o puro elemento branco era numericamente inferior e em que as linhas raciais vinham se tornando mais frouxas do que em qualquer outro país de origem européia”. Tanto por “razões de Estado” como por “necessidade e hábito” – já que nesse país também havia escassez de mulheres brancas – seus colonizadores, no Brasil, se misturaram com índios e escravos, dando aí início a uma sociedade em que não se criou “uma rígida identidade de raça e classe” que caracterizava as colônias inglesas, holandesas e, ainda que em menor grau, as francesas e espanholas. Assim, seguindo a tradição portuguesa de estrutura social – menos rigidamente estratificada e aberta à participação dos mestiços como homens livres ou “meio-livres” –, a sociedade que se desenvolveu no Brasil também foi mais moralmente flexível e humana do que outras “correspondentes na América”. A mestiçagem nessa colônia portuguesa, explicava Bilden, fora grandemente encorajada, ao mesmo tempo que se abriam aos escravos “várias vias de fuga para a liberdade”.

Sem negar que houvesse antagonismos raciais entre os três principais grupos étnicos brasileiros e que algum grau de discriminação existisse, Bilden enfatizava, no entanto, que o antagonismo existente era mais entre diferentes categorias sociais do que entre raças; entre senhores e escravos em vez de entre brancos, mestiços, índios ou negros. E, acrescentava, esse antagonismo “tendia a desaparecer à medida que essas distinções sociais desapareciam”. Por enquanto, como esclarecia, “as linhas raciais ainda seguem as linhas de classe”, o que significa que “quanto mais baixa a classe, mais escuro o sangue”.

Ao estudioso da história brasileira, argumentava Bilden, ficava evidente que “as restrições à ascensão social e econômica dos membros das raças escravas se tornavam menos severas” e que ao longo dos séculos “um abrandamento gradual, mas contínuo, das linhas raciais podia ser observado”. No último século, esse processo de “equalização social e conseqüente fusão de elementos étnicos diversos” havia-se acelerado grandemente com a “abolição gradual da escravidão (1808-1888)”, a ponto de se poder dizer que, “hoje”, não existem no Brasil “nem as distinções de raça nem o problema da raça no sentido norte-americano”.

Não havendo “barreiras legais” a dividir seus grupos étnicos, o que basicamente divide as pessoas é a discriminação social “baseada em preferência individual e classe”. Daí ser verdade que a “tendência para a mistura racial está decididamente a favor da raça branca”, já que a situação das outras é ainda marcada pelo domínio cultural e econômico do elemento branco e perpetua, em silêncio, uma história desumana. A gradual abolição da escravidão foi “construtiva”, mas não a ponto de “libertá-la de sua herança miserável e insidiosa”.

Sem negar, pois, a hegemonia do elemento branco na sociedade brasileira e a existência, mesmo que comparativamente pequena, de antagonismos em conflito, Bilden termina por dizer, no entanto, que “o brasileiro médio jamais será totalmente branco” e que “o Brasil do futuro representará uma nova raça, nem branca, nem índia, nem negra”, onde elementos étnicos “supostamente incompatíveis” se unem em harmonia e construtivamente. E mais, nesse processo ainda em andamento, os grupos mais primitivos têm tido espaço e liberdade “surpreendentes” para fazer valiosas contribuições culturais. É esta a “importância vital do Brasil para o mundo em geral”, conclui o entusiasmado Rüdiger Bilden. Cabe ao leitor, pois, decidir “à luz dessas observações, se o Brasil deve ser chamado ... um país de *mongrels*, ou, ao contrário, ser considerado como um laboratório mundial de civilização tropical”.

Um dos trechos do artigo cortados pelo editor do *The Nation*, e que Roquette-Pinto fez questão de publicar já que concordava profundamente com as idéias de Bilden, enfatizava exatamente a importância da diferenciação entre raça e cultura para se falar dos males do Brasil. “Há, decerto, muita coisa, na vida do Brasil, que não é satisfatória. Mas atribuir tais condições à composição racial do país ou à mistura de raças é completamente errado. Um estudo crítico do desenvolvimento histórico do Brasil demonstra que tais males são conseqüência de um emaranhado de fatores, conseqüência da sociedade escravagista. A causa dos males não é a raça: foi a escravidão” (Roquette-Pinto, 1978, p.30).

Entusiasmado com a qualidade desse artigo de ponta, o antropólogo Herskovits escreve a Bilden dizendo que “esperava ansiosamente, com grande impaciência, pela publicação dos resultados integrais” do seu trabalho. Ao que tudo indica, no entanto, Bilden não preencheu as

expectativas dele e de tantos outros amigos e admiradores e esse artigo sobre o Brasil acabou sendo o único resultado de seus esforços intelectuais que iria conseguir publicar em sua vida. Seis anos mais tarde, com a obra ainda inacabada, sem dinheiro e sem ânimo, diz ao amigo Freyre, a quem considerava, "intelectual e profissionalmente, seu mais próximo parente", que, caso algo lhe acontecesse, gostaria de "que todas suas anotações, manuscritos, papéis, etc." fossem enviados a ele para que os usasse como achasse melhor. "Talvez sejam de pouco valor para você, mas ao menos poderei mostrar-lhe minha estima dizendo que não conheço qualquer outra pessoa que possa fazer melhor uso deles do que você".

O propósito, sempre adiado, de finalizar sua grande obra iria prosseguir ainda por alguns anos. No meio de empregos temporários que se sucediam irregularmente, de aulas avulsas dadas aqui e acolá e só ocasionalmente remuneradas, Bilden manteve viva a séria determinação de terminar os seus dois ou três volumes sobre o Brasil até ao menos o final dos anos 1930; chega até a mencionar, em 1935, haver um contrato para a publicação do seu livro com a North Carolina University Press. A esse projeto, que nos seus momentos otimistas considerava quase terminado, Bilden chegara a acrescentar outro, talvez ainda mais inovador, projeto que contava desenvolver em parceria com Gilberto Freyre e que aparentemente já esboçara desde sua visita ao Brasil em 1926: o de desenvolver um estudo sobre os tipos humanos, as condições sociais e o folclore do sertão brasileiro, cobrindo a área da bacia do São Francisco e as regiões semi-áridas dos Estados de Pernambuco, Piauí e Ceará. Desse planos fazia parte até mesmo um encontro com Lampião!

Em 1937, satisfeito com o seu emprego de instrutor no Departamento de Ciências Sociais de Fisk University – "a universidade negra de Nashville", onde dava um curso sobre "a sociedade escravocrata e mistura racial no Brasil comparando-a com a situação da América do Norte" –, vê-se em condições de finalizar seu livro, e, a partir daí, dar início à pesquisa de campo necessária para o novo estudo sobre o sertão brasileiro, para o qual contava conseguir os necessários fundos. Esse emprego, ainda que temporário, parecia anunciar uma fase positiva em sua vida. Afinal, como confessara em 1936, sua situação estivera "muito

precária" nos últimos seis ou sete anos, tendo dificuldade até mesmo, como disse, "de comprar minha comida diária". Além disso, emocionalmente ele ficara bastante abalado com a separação de Jane, ocorrida em 1934. Mas com o trabalho em Tennessee, as condições pareciam promissoras. Pela primeira vez, após tantos anos, tinha uma renda regular. "Minhas obrigações são leves. O trabalho é interessante. O salário é adequado para as despesas imediatas de manutenção, apesar de não poder me exceder em nada. Sob essas circunstâncias, eu espero terminar uma boa parte de meu trabalho."

Nesse meio-tempo, é importante acrescentar que Rüdiger Bilden tornou-se conhecido e respeitado entre antropólogos e estudiosos da América Latina e de relações raciais. Melville Herskovits, seu ex-colega de Columbia, Edwin Seligman, economista também de Columbia, William Shepherd, seu orientador, Percy Martin, historiador de Stanford, Manoel de Oliveira Lima, Roquette-Pinto e Arthur Ramos, além do seu fiel amigo Franz Boas, são alguns dos intelectuais que a ele se referem com especial apreço e consideração. No seu discurso presidencial diante da Hispanic American Historical Society, em 1936, Percy Martin, mesmo após tantos anos de expectativa, ainda se referia publicamente ao trabalho de Bilden com admiração e o qualificava como "um dos nossos mais capazes estudiosos das relações raciais no Brasil".

Só os historiadores de Columbia, liderados especialmente por Frank Tannenbaum (1893-1969) que ali ingressara em 1935, aparentemente não o apoiavam e, segundo Bilden, até mesmo faziam clara campanha contra ele. Nele viam um "Shepherd man" que, ao lado de jovens "cientistas verdadeiros" como George Herzog e Ruth Benedict, bem sabia que ele, Tannenbaum, era um "intelectual vigarista". Bilden chegou a admitir que só conseguira seu emprego em Fisk University por causa da "fé e confiança dos antropólogos e sociólogos", que sempre o apoiaram.

Ser convidado no final da década de 1930 pelo prestigioso *American Journal of Sociology* para debater em suas páginas as semelhanças e diferenças entre a discriminação racial dos Estados Unidos e do Brasil, parecia confirmar que o prestígio de Bilden como especialista em assuntos brasileiros não era completamente abalado pelo seu fracasso como autor. Ou melhor, talvez Freyre dissesse que Bilden era um daqueles raros

“autores sem livros” que, como Fradique Mendes, Addison e outros “esquisitões”, não abdicava de um alto ideal e deixara sua obra “ficar nas primeiras provas tipográficas da criação mental”; mas nem por isso deixava de influir sobre “o ânimo e sensibilidade” de outros.⁵⁹ Não resta dúvida, na verdade, de que as idéias de Bilden eram comunicadas e difundidas, mesmo não sendo impressas. Freyre (2002, p.92), por exemplo, menciona em *Casa-grande & senzala* que o “primeiro ms.” do livro de Bilden lhe fora “franqueado à leitura”, e é de crer que suas idéias tenham sido divulgadas desse modo a muitos outros estudiosos. Assim, quer por meio do círculo de seus amigos e colegas mais próximos, quer por meio das várias aulas avulsas que deu ao longo dos anos e da participação em encontros acadêmicos, como o da Southern Sociological Society em Chattanooga, em 1938 – onde apresentou um trabalho intitulado “Caste and Class in the South of Brazil” –, Bilden se impôs, ainda que efemeramente, como um respeitável especialista em relações raciais.

Não é difícil imaginar que os acadêmicos que continuaram a prestigiar Rüdiger Bilden sentissem profunda empatia por um colega especialmente dotado que, no entanto, via-se bloqueado tanto por circunstâncias objetivas quanto psicológicas. Provavelmente nele viam um sonhador impenitente que pensava grande demais, que sentia “le besoin de voir grand” (tal como como Toynbee e Braudel), mas cujas ambições intelectuais estavam em total descompasso com as limitações que sua realidade impunha e que a Segunda Guerra Mundial iria muito aumentar.

As dificuldades de Bilden, que já eram grandes desde o final da década de 1920, iriam, de fato, ampliar-se muito a partir de meados de 1939, quando o fim do seu contrato com a Fisk University mais ou menos coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial. Atolado em dívidas que acumulara ao longo dos anos, via-se, ainda por cima, obrigado a enviar dinheiro à Alemanha para sustentar a mãe, já que o irmão que lá morava (aparentemente o único outro parente próximo) caíra em bancarrota. Profundamente deprimido e destituído de sua costumeira coragem e determinação, Bilden reconhece logo em 1940 que “a guerra e seus efeitos tiveram uma repercussão desventurada” em suas oportu-

59 *Diário de Pernambuco*, 28/9/1924.

nidades. A suspeita contra “tudo o que é alemão”, a “histeria da 5ª Coluna” estavam a expandir-se, minando todas as oportunidades que porventura tivesse de arranjar um trabalho ou posição, por piores que fossem. Fora informado, na verdade, de que o Departamento de Estado não iria admitir que ninguém de nacionalidade alemã ou austríaca se envolvesse com atividades relacionadas à América Latina, mesmo que fosse naturalizado norte-americano (que parece ter sido o seu caso). Sentira na pele essa discriminação quando não fora convidado a participar do Pan-American Scientific Congress, evento no qual “todo professorzinho de assunto latino-americano” estivera presente. Isso era um absurdo, reagia Bilden, pois ele seria, sem dúvida, o primeiro a ser executado se Hitler entrasse nos Estados Unidos, como alguns americanos temiam que fosse acontecer. Enfim, “minha situação é desesperadora”, confessa Bilden no início da década de 1940. Para completar o quadro desalentador, descobrira no meio dessa crise que o azar fizera que ele perdesse uma oportunidade maravilhosa de ter um “refúgio ideal” onde trabalhar e esperar que “a maldita guerra” acabasse. D. Flora Lima manifestara o desejo de que ele fosse o curador da Oliveira Lima Collection em Washington D. C., mas, como não o conseguira localizar para lhe fazer o convite, contratara outra pessoa. As duas cartas que ela enviara à Fisk University haviam retornado com o aviso “endereço desconhecido”. Indignado com o descaso dos que, sabendo seu endereço de Nova York (ou, melhor, de sua ex-mulher Jane), não se deram ao trabalho de informá-lo a D. Flora, Bilden, em geral cordial, anti-racista e generoso, reage agressivamente: “foi simplesmente um maldito desleixo de negro, se não coisa pior, que custou-me aquela oportunidade. Eu poderia até ter feito da biblioteca um verdadeiro instituto brasileiro”.

Rüdiger Bilden não era, no entanto, um indivíduo derrotista. Ao contrário. Otimista ou sonhador inveterado, após alguns meses de inércia e depressão ele logo parece estar reagindo a esses infortúnios e tentando reerguer-se. No final de 1940, ainda se refere levemente ao livro que pretendia publicar mas, a partir daí, parece abandonar seu substancial trabalho sobre a história do Brasil tendo como eixo central a escravidão; seus esforços se dirigem, no entanto, à elaboração de projetos igualmente amplos e ambiciosos relacionados também a questões ra-

ciais. E é interessante salientar que, não obstante seu fracasso em produzir a esperada obra, em seus novos projetos Bilden continuava com o apoio de intelectuais respeitáveis. Do mesmo modo, instituições de renome o consultavam e levavam a sério suas idéias sobre questões históricas e antropológicas relacionadas a problemas raciais. O Tuskegee Institute de Alabama, por exemplo, entidade devorada desde 1881 à educação dos negros norte-americanos, foi uma das instituições a consultá-lo sobre a reestruturação de seu programa de graduação nos anos 1940. A Universidade de Nova York, a Universidade de Virginia e o Departamento de Estado norte-americano também mostraram algum interesse, nos anos 1940, em colaborar com Bilden em seu projeto de fundar um ousado instituto interamericano para o estudo comparativo de regiões que tinham formação e problemas basicamente semelhantes: o sudoeste norte-americano, as Índias Ocidentais, a costa do Caribe na América Central e do Sul, as Guianas e o Brasil. Se tal projeto se materializasse – e num determinado momento o andamento das discussões parecia bastante animador –, seria uma grande oportunidade de “pôr minhas idéias em ação e em mais ampla circulação”, diz Bilden entusiasmado.

A esta altura parece oportuno retomar a idéia sugerida por Walter Pater e defendida por Nietzsche (1921, p.185-6) de que as novas tendências culturais não são em geral da autoria de uma única “estrela”, mas sim de uma “constelação” de espíritos. Considerando o exposto acima sobre as ambições, realizações e desventuras de Rüdiger Bilden, pode-se dizer que ele representa uma ilustração dramática da “constelação de espíritos” que existe por trás de grandes inovações, mas cujos membros não são igualmente reconhecidos pela posteridade. Sua contribuição para o estudo dos problemas e das relações raciais na primeira metade do século XX foi inovadora e indubitável, mas como que confirmando o *Matthew Effect* de que fala Robert Merton (1968), ficou obscura na sua quase-totalidade pelas realizações de outros membros mais afortunados da “constelação” à qual pertencia e na qual colaborou.

No caso da “revolução cultural” que as idéias de Freyre realizaram no Brasil, o papel de Bilden não foi insignificante nem periférico. E isso o jovem Freyre deixou claro: não só quando reconheceu em 1933, no prefácio à primeira edição de *Casa-grande & senzala* e nas referências ao

longo do texto, as “sugestões valiosas” que dele recebera para sua obra, como dois anos antes, em Stanford, quando a idéia do livro estava tomando forma. Significativamente nessa ocasião, Freyre referiu-se em conjunto a Rüdiger Bilden e Roquette-Pinto como dois dos intelectuais da época que estavam dando uma contribuição fundamental para o estudo da miscigenação brasileira. Este último, desenvolvendo pesquisas antropológicas e “rigorosamente científicas” sobre a questão da miscigenação; e o primeiro abordando a questão em conjunto com “outros problemas do desenvolvimento brasileiro”, ou seja, “junto com a miscigenação, a escravidão e a monocultura latifundiária” (Freyre, 2001b, p.57). Conhecedor da capacidade e do empenho de seu colega de Columbia, Freyre parecia não ter dúvidas sobre o impacto que suas idéias – às quais tinha acesso e em cujo desenvolvimento, em algum grau, provavelmente participara – já exerciam e iriam exercer ainda mais depois de publicadas em livro.

Outro texto de Bilden importante de ser lembrado é o que ele apresentou na mesa-redonda sobre “Relações Latino-Americanas” em julho de 1931 na Universidade de Virginia. No evento, esteve acompanhado por seus dois amigos de Columbia, Francis Simkins e Gilberto Freyre, que juntos viajavam pelo Sul do país. Nessa ocasião, após ter terminado seu estágio como professor visitante em Stanford – quando atendera ao providencial convite que recebera durante seu exílio em Lisboa –, Freyre fizera com seus amigos uma excursão pelo “Velho Sul escravocrata” dos Estados Unidos a caminho de Nova York. Essa região do “chamado ‘deep South’”, conforme Freyre então constatou, ou melhor, confirmou e registrou no prefácio de 1933, tinha muitos pontos em comum com o Norte e com “certos trechos do sul” do Brasil e era, portanto, uma viagem indispensável para “todo estudioso da formação patriarcal e da economia escravocrata” (Freyre, 2002, p.6-7).⁶⁰

A experiência do exílio e essa excursão foram consideradas por Jeffrey Needell (1995, p.67) fundamentais para trazer a questão racial para

60 Na visita feita em 1926 ao amigo Francis Simkins na Carolina do Sul, Freyre já reconheceu um parentesco entre sua própria região e o “deep South” dos Estados Unidos (cf. *Diário de Pernambuco*, 20/5/1926; 23/5/1926).

o centro das preocupações intelectuais de Freyre; mais do que isso, a excursão o teria feito “recuperar os ensinamentos” de Franz Boas. Até então, o livro que ambicionava escrever era a história da infância no Brasil, uma versão histórica de seu sonho original de escrever, como vimos, uma novela sobre um menino à maneira de Sudermann.

Completando a sugestão de Needell, diria que a transformação de Freyre em discípulo de Boas se completou ou finalmente tomou forma nessa época por um complexo de circunstâncias, entre elas o convívio direto com Rüdiger Bilden – com quem ele não estivera desde 1926 – e a reflexão sobre tantas idéias variadas que vinha absorvendo, incluindo as desenvolvidas pelo próprio Bilden nos textos de 1929 e de 1931. A levarmos em conta as já mencionadas características didáticas de Franz Boas, é de crer que o contato com Bilden, seu discípulo, contribuiu para que Freyre “recuperasse os ensinamentos” do antropólogo de Columbia exatamente porque o teria ajudado a esclarecer o problema que tinha de solucionar. Era como se a trajetória de Freyre estivesse a ilustrar a crença de Boas, de que “aprendia-se o que se precisava quando se precisava” (Mead, 1959, p.34).

Para avaliar o impacto que a defesa da miscigenação feita por Bilden pode ter exercido na trajetória de Gilberto Freyre, deve-se lembrar um pequeno artigo publicado sob pseudônimo em janeiro de 1929, no jornal *A Província*, dirigido por Freyre. Apesar de não se poder assegurar, sem nenhuma sombra de dúvida, que tenha sido escrito pelo diretor do jornal, o artigo leva a assinatura de Antonio Ricardo – um dos pseudônimos então utilizados por Freyre – e tem todo o tom e o humor freyreanos. Intitulado “Um preconceito que não devemos adotar”, o texto ridiculariza os brasileiros que, solidarizando-se com a “gloriosa República norte-americana”, defendem o preconceito contra as pessoas de cor, a “arianização”, o “arianismo”, querendo passar por “arianos”. Ora, diz o articulista, além de tal atitude ter muito de ridículo e grotesco, já que vários desses pretensos “arianos” têm um nariz tão chato que nem sustenta o *pince-nez*, o fato é que “a solução brasileira do problema de relações de raças” pode ser que “resulte num desastre, numa demonstração completa do fracasso da mestiçagem”; mas, acrescenta, talvez prove ser a mais humanitária, a mais cristã e, nesse sentido, “nossa maior contri-

buição à civilização”. Não devemos nos envergonhar dela, portanto, mesmo que “o Brasil mestiço venha a falhar sob outros pontos de vista” (Antonio Ricardo, 1929).

Na defesa da “solução brasileira” exposta nesse pequeno artigo de *A Província* não há nada da firmeza nem vislumbre da fundamentação que irá caracterizar a futura postura de Gilberto Freyre em face da “solução brasileira” do “problema” racial. Sem que a riqueza dos valores culturais das várias raças que compõem o país seja mencionada e sem que a idéia de que “mixed is beautiful” seja anunciada, o artigo revela, ao contrário, uma resignação bem-humorada diante de uma situação de fato da qual um país de “semibrancos”, como é o Brasil, não tem como escapar.

Voltando ao texto de Bilden de 1931 – que, provavelmente como outros, ele fez circular entre amigos e estudiosos do assunto e que é citado em *Casa-grande* –, percebe-se que novamente trata a questão da miscigenação nos termos com que a tratara no texto de 1929, mas situando-a, dessa vez, no contexto mais amplo de relações raciais na América Latina.⁶¹ Intitulando-o “Race relations in Latin America with special reference to the development of indigenous cultures”, Bilden queria contrapor-se à interpretação da América Latina como sendo, basicamente, uma “unidade coletiva” em que as diferentes repúblicas partilhavam de um desenvolvimento cultural uniforme. Para ele, uma abordagem como essa “que enfatizava um grupo de fatores, os de origem europeia”, desconsiderando todos os demais, além de exalar forte “presunção do homem branco” provava ser “fatal para a compreensão” da especificidade dos vários países. A proposta de Bilden era abordar a história da América Latina “sem qualquer noção preconcebida sobre a superioridade de uma raça sobre outras”, interpretando os vários países à luz da “mistura, justaposição ou antagonismo de seus elementos étnicos e de seus correspondentes valores culturais”.

Pressupondo esse critério, apresenta o Brasil como país que ocupa uma posição única na região por destacar-se como aquele onde o “ele-

61 Sabe-se que Melville Herskovits e Gilberto Freyre tiveram acesso a esse texto e uma cópia dele se encontra no AFGF.

mento europeu nunca ocupou uma posição de domínio real e indisputável”. Uma das principais razões para isso foi que o colonizador português foi “forçado” – tanto pelo meio geográfico como pelas exigências de sua “política colonizadora” – a competir com os outros elementos étnicos em quase igualdade de condições. A monocultura em larga escala e a “severa limitação” de mão-de-obra – insiste novamente Bilden, repetindo o que já dissera – tornaram “inevitável” que se desenvolvesse “uma política de escravização” e de mistura racial, para a qual o português já adquirira propensão ao longo de sua história.

Assim, a mistura de três grupos étnicos “radicalmente diferentes” e a conseqüente criação das condições necessárias para a evolução de uma cultura híbrida é, sem dúvida, argumenta Bilden, “o resultado de um equilíbrio excepcionalmente favorável e de uma integração benéfica de forças”. Pois, independentemente do que se possa argumentar a favor ou contra, o fato é que “a miscigenação era a única opção aberta aos portugueses no Brasil”. Reconhecendo, como no texto de 1929, que ainda havia “conflitos e maus ajustamentos” entre os vários grupos “supostamente incompatíveis” de etnias e tradições diferentes, Bilden volta a enfatizar as potencialidades do que agora chama de “encontro harmonioso de forças diversificadas”, acrescentando que a temida diversidade regional acarretada por essa situação poderia ser considerada, ao contrário, como especialmente promissora de uma “rica existência cultural colorida e luxuriante”. Em suma, insistindo novamente no futuro promissor do Brasil, Bilden afirma que a ausência de “antagonismo racial” contribui para a “equalização progressiva das raças no Brasil” por meio da miscigenação, e que isso o faz um país *sui generis*: “tornou possível o desenvolvimento pacífico de um país rico e distinto; de fato, o único país de origem européia onde as três divisões fundamentais da humanidade se misturam em termos mais ou menos iguais e participam da construção de uma cultura singular”.

A defesa finamente articulada e historicamente fundamentada da miscigenação brasileira feita por Rüdiger Bilden não pode ter deixado Freyre indiferente. O *insight* que ele havia tido em setembro de 1926, quando escreveu entusiasticamente sobre “o movimento de valorização do negro” que presenciara no Rio de Janeiro, precisava ser ao mesmo

tempo reforçado e desenvolvido; para isso, a defesa de Bilden, inusitada para a época, contribuía decisivamente, dando-lhe forte impulso e sugestões. Não só a miscigenação e o hibridismo cultural eram historicamente explicados e valorizados na defesa de Bilden, mas ela também sugeria que a mestiçagem brasileira representava uma harmoniosa e musical interação de forças ou energias diversas. A noção assemelhava-se à de “antagonismo em equilíbrio” defendida por Spencer e Giddings e era proposta como condição de enriquecimento e progresso de uma civilização, como constava no projeto de estudos de Bilden e fora exposto por Freyre no *Diário de Pernambuco* em janeiro 1926.

Ao receber o *Casa-grande* de Freyre, em 1934, enquanto o seu próprio livro tão esperado não se concluía, Bilden não escondeu de seu interlocutor e amigo certo desapontamento ao ver que expunha idéias que considerava mais suas do que dele. Não podia negar que fosse “o livro mais valioso escrito sobre o Brasil em muito tempo”, admirável por combinar uma abordagem ampla e compreensiva com “objetividade e precisão científicas”. E também não podia pensar em nenhuma outra obra que se assemelhasse a *Casa-grande* nessa combinação de profundo amor pelo país com a disposição de “criticá-lo e atacá-lo quando necessário”. Por outro lado, dizia, “é claro que você, até um certo ponto, esvaziou o meu tema e tornou mais difícil para mim escrever o meu livro”, já que se utilizou “amplamente” de um “ponto de vista” com que antes não concordava e até criticara por considerá-lo “mecanicista”. Mas, como que pensando alto, afirmava que não estava com inveja, pois reconhecia que apesar de ele e Freyre trabalharem sobre o mesmo assunto, encaravam-no sob “ângulos diferentes”, ambos importantes para o tratamento exaustivo do “vasto campo”. Além disso, completava, estava muito grato pelas “numerosas referências” ao seu trabalho e ficaria muito feliz se futuramente, em seu “novo livro”, Freyre fizesse “mais referências”, caso achasse apropriado – “ao meu artigo do *Nation* ... ou à minha apresentação em Virginia ou ao meu manuscrito” –, já que isso seria “profissionalmente útil” para ele.

A levar em conta a avaliação da obra de Freyre enviada a seu amigo Melville Herskovits, Bilden parece ter digerido o ressentimento inicial e reconhecido a inevitabilidade do que acontecera. No meio de rasgados

elogios a Freyre como sendo “um dos mais brilhantes e capazes dos historiadores e sociólogos brasileiros”, ele enfatizou a afinidade que os unia. Com a “possível exceção do antropólogo Roquette-Pinto”, Freyre era o autor com quem suas idéias sobre o Brasil mais se afinavam. Além disso, tinham muito contato e diálogo: “nós trocamos pontos de vista sem reserva, e ele [Freyre] é a única pessoa que viu meus manuscritos. Seu livro é muito semelhante ao que estou escrevendo e em muitos aspectos importantes o esvazia, apesar de que meu livro será mais compreensivo e diferente em importantes aspectos. (Isso não deve ser, de modo algum, interpretado como sendo uma acusação de plágio, consciente ou inconsciente. Nós trocamos pontos de vista tão livre e frequentemente, que não podíamos deixar de nos influenciar reciprocamente)”.

De fato, uma comparação dos textos e plano da ambiciosa tese de Rüdiger Bilden com a obra de Freyre, sugere que, caso tivesse sido completada, difeririam em muitos aspectos. Tendo pouco ou mesmo nada do tom coloquial e das qualidades ensaísticas e literárias da obra de Freyre, a de Bilden teria tido um viés econômico e científico muito mais acentuado e seria, ao que tudo indica, mais rigorosamente acadêmica; pouco tendo em comum, portanto, com o que Genovese, muito apropriadamente, chama de “projeto artístico” de Freyre: uma obra interpretativa da história brasileira em que o conhecimento sociológico se aprofunda e se amplia com “insights poéticos” (Genovese, 1969a, p.206; 1969, p.251). Mas, no que diz respeito ao papel da mestiçagem e da escravidão na história brasileira, haveria evidentes afinidades. E isso pareceu claro a estudiosos contemporâneos, como o antropólogo Arthur Ramos, que se refere em 1935 à idéia “de que não podemos estudar povos negros no Brasil, mas sim, e exclusivamente, negros *escravos*”, como sendo “tese de Ruediger Bilden e de Gilberto Freyre”. Esta é uma idéia, diz Ramos, “cara a Ruediger Bilden, e que Gilberto Freyre converteu em *leitmotiv* nos seus ensaios sobre a influência do negro no Brasil” (Ramos, 1979, p.241).⁶²

62 Para uma interessante discussão sobre a importância de Arthur Ramos na elaboração e difusão da idéia de “democracia racial”, ver Guimarães 2003, 2004.

Esse ligeiro estremeamento entre os dois colegas de Columbia talvez possa ter sido superado por Bilden, mas em Freyre seguramente deixou profundas cicatrizes e não foi jamais esquecido, a se levar em conta as alusões que, direta ou indiretamente, ele ainda fazia a esse episódio nas décadas de 1970 e 1980 (Freyre, 1975, p.178; 1983, p.194-5; 1979a, v.II, p.249-52; 2001b, p.34-9). Referindo-se ao amigo Bilden em texto publicado em 1983, Freyre afirma que “ao aparecer *Casa-grande & senzala* sentiu-se um tanto frustrado. Mas creio que sem razão. Poderia ter concluído sua tese sem que deixasse de trazer contribuição de todo dele sobre o assunto”. Mas, “à parte esse episódio”, acrescenta, fomos amigos quase fraternos” (Freyre, 1983a, p.194-5). Evidentemente a lembrança do velho amigo talentoso devia, de algum modo, entristecê-lo, pois o seu destino fora, sem sombra de dúvida, desafortunado.⁶³ Em momentos de maior introspecção a lembrança do antigo estremeamento devia fazer que Freyre sentisse uma pequena fagulha de culpa. A decisão de colocar as idéias de Bilden na pasta de “antecipações” na antologia que organizou em 1973, talvez possa ser entendida como o reconhecimento tardio de uma dívida intelectual que provavelmente devia sentir como não tendo sido suficientemente paga ou declarada com a devida insistência ao longo dos anos. Lembremos que Freyre tinha a preocupação de proclamar abertamente, e por princípio, as apropriações criativas que fizera de outros intelectuais. Não queria, como disse certa vez, ter o “excesso de imodéstia” que leva os homens “ao extremo da fraqueza” de negar ou esconder o que devem a outros. E isso, como insistia, porque não só é esforço tolo e vão – já que “não há quem não seja um produto mais ou menos harmônico de influências diversas e até contraditórias” – como porque o que é revelador da originalidade de alguém é o que faz com o que recebe de fora. A planejada reprodução do artigo “Sobre as idéias de Rudiger Bilden” publicado originalmente em janeiro de 1926, ainda que bastante alterado, buscava assinalar, como sugere o prefácio de Freyre, que seu colega de Columbia fora um dos grandes es-

63 Em entrevista ao *Jornal do Comércio* do Recife em 15 de março de 2000, o editor José Mário Pereira se recorda de perguntar sobre Bilden a Freyre na década de 1970 e de este fazer “uma cara triste” ao se recordar da “grande vocação intelectual” do ex-colega de Columbia (Pereira, 2000b).

tímulos que recebera “de seus contactos com o estrangeiro” (Freyre, 1952).⁶⁴

Retomando a trajetória de Freyre, pode-se dizer que pouco faltava em meados de 1931 para que ele abandonasse definitivamente todos os resquícios do velho paradigma e construísse um novo modelo para repensar o Brasil. Funcionando talvez, naquele momento, como um elemento catalisador de tantas leituras, idéias e experiências que vinham povoando sua mente, a defesa da miscigenação articulada por Bilden como que impulsionou Freyre a desempenhar o papel da ostra que transforma tudo o que absorve. Foi aí, então, que uniu as duas idéias que vinha absorvendo de várias fontes: a valorização da miscigenação racial e cultural brasileira e a noção de “antagonismos em equilíbrio” como um valor altamente positivo. Surgia dessa junção a idéia de que a miscigenação cultural e racial era a marca equilibradora distintiva da cultura brasileira, sem dúvida uma das maiores inovações do novo quadro interpretativo inaugurado por Gilberto Freyre em 1933. “A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados”, declara em célebre passagem de *Casa-grande & senzala*; mas se em muitos setores essa riqueza era ainda uma promessa, a mestiçagem, já há muito em andamento na sociedade brasileira, desempenhava um papel nuclear na atualização desse potencial. O que o sistema econômico, “como um deus poderoso”, dividia como senhores e escravos, a miscigenação, como que assumindo um papel negociador, aproximava. Enquanto em outros países prevalecem antagonismos em conflito nos relacionamentos entre as raças, no Brasil o “óleo lubrifico da profunda miscigenação” os equilibra, ou suaviza, diz Freyre em 1933, numa das muitas vezes em que se referiu ao que considerava a peculiaridade brasileira (Freyre, 2002, p.343, 180). Foi essa então, por assim dizer, a resposta brasileira à solução racista anglo-saxã alardeada nos Estados Unidos nos anos 1920 e ali experimentada pelo jovem Freyre.

64 Como explica Edson Nery da Fonseca, o organizador de *Antecipações*, antologia publicada em 2001, Freyre teria entregue e preparado a “pasta” com os artigos selecionados em 1973 (cf. Freyre, 2001b, p.6-9).

De “Child Life in Brazil” a “The Child in the House”: a contribuição de Walter Pater

O projeto secreto que Freyre tinha no final de 1929, e para o qual pedira a contribuição de Manuel Bandeira, era, como ele disse ao amigo do Rio, escrever sobre “child life in Brazil”.⁶⁵ O que teria feito Freyre desistir desse tema e transferir seus esforços para o tema da família patriarcal brasileira, ou como disse certa vez, para “o drama da formação da família brasileira”, em que a casa ocupava um papel central?

Já se sugeriu, muito apropriadamente, que o fato de a casa de sua família ter sido destruída e pilhada em 1930, tanto no sentido literal como figurado, por uma nova ordem que surgia criara a necessidade de reconstruí-la simbolicamente (Burke, 2002, p.790-1; Needell, 1995, p.64). No meu entender, outra importante razão deve ser acrescentada para explicar tal mudança de planos. A história da infância era um tema limitado demais para que a potencialidade do novo paradigma que Freyre criara fosse devidamente aproveitada. A riqueza de antagonismos em equilíbrio da sociedade brasileira não poderia ser, por exemplo, devidamente apreciada e estudada nesse contexto. Um tema mais amplo e abrangente precisava ser encontrado para fazer jus à nova interpretação da história do Brasil que suas idéias agora prometiam. É como se o projeto sobre a história do menino, cuja realização sonhara tanto tempo, estivesse em descompasso, naquele momento, com o desenrolar de sua trajetória.

É nesse momento, ao que tudo indica, que a noção de “casa” desenvolvida por Walter Pater em seu conto “The Child in the House” – sobre o qual já havia lido cuidadosamente em março de 1922 na biografia escrita por Benson – é retomada e adquire um significado e uma função centrais no pensamento de Gilberto Freyre. Mais envolvente e rica do que a de “menino”, a noção de “casa” acomodava-se melhor à ampla interpretação do Brasil que Freyre estava pronto a escrever e na qual o tema da miscigenação seria central e enfrentado em novas bases. Acomodava-se melhor especialmente por ter um duplo significado, literal e

65 Carta de G. Freyre a M. Bandeira, s.d., enviada de Lisboa. AFGF

simbólico. De um lado, a casa como arquitetura, com todos os detalhes significativos da cultura material nela presentes, e, de outro, a casa como símbolo da família patriarcal. Um dos grandes méritos de *Casa-grande & senzala* foi exatamente explorar com maestria esse duplo significado de “casa” com que muito cedo Walter Pater lhe havia acenado em “The Child in the House”.

A viagem de introspecção de Florian Deleal descrita nesse conto e já analisada a propósito do estímulo que significou para o reenraizamento de Freyre no Recife precisa ser agora retomada como o texto alegórico e autobiográfico que primeiro descortinou para Freyre a importância da casa como elemento central para a compreensão da história do homem.⁶⁶ O *Frau Sorge* de Sudermann, lido com entusiasmo um pouco antes da descoberta do conto de Pater, já o sensibilizara em algum grau para a importância simbólica da casa na história de um indivíduo. A nostalgia do velho menino triste, Paul Meyerhofer, pela “Casa Branca” onde nascera era tanta, que muito cedo ela passou a representar para ele “o que o ‘Paraíso Perdido’ é para a humanidade”. No conto de Pater, no entanto, essa questão era mais central e tratada magistralmente.

Já se argumentou que em nenhum outro de seus textos o ensaísta de Oxford revelou tão vividamente quão fundamental era o “sentido de casa” para ele e quão profunda é a “tirania dos sentidos” na vida moral, espiritual e emocional dos indivíduos (Hough, 1947, p.166-74). O conto narra o reencontro de Florian Deleal com seu passado e sua busca dos “pequenos acidentes” que determinaram o homem que ele se tornou. A busca se inicia a partir do encontro de Florian com um “pobre homem velho” numa “tarde muito quente”. Ao ajudá-lo com sua carga por certa distância e ouvir “sua história”, Florian descobre que ambos têm o mesmo lugar de origem. Naquela mesma noite, como uma espécie de “recompensa por seu compadecimento”, ele tem um sonho que lhe descortina com grande clareza o “verdadeiro aspecto” do lugar onde nasceu e “especialmente da casa” onde crescera, mas de onde há muito tempo se afastara.

A visão reconfortante de suas portas, janelas, lareiras, e até o perfume que pairava no ar determinam que, ao acordar, Florian tome a deci-

são de recuperar a história de sua formação; ou, como Pater formulou, “o processo de construção mental pelo qual nós somos, cada um de nós, o que somos”. Com a imagem ainda vívida do sonho da casa onde crescera, Florian vê então uma criança se movendo pelos aposentos que lhe eram familiares – por entre salas de lambris antigos, subindo pelas escadarias, vagando pelo grande sótão repleto de maravilhas a ser exploradas etc. – e pode então perceber que ele devia a essa “casa meio-espiritualizada” muitos de seus sentimentos e pensamentos. Sua alma fora aos poucos sendo tecida interna e externamente com elementos espirituais e materiais que se entrelaçavam numa “textura inextricável”. Até mesmo o “ângulo em que o sol caía de manhã no travesseiro” tornara-se parte do seu ser. O que antes lhe parecera tão parte da natureza das coisas, Florian agora reconhece como o resultado das múltiplas experiências infantis vividas junto de sua família na “velha casa” nos arredores da cidade.

Que a experiência de Florian não se esgota no seu caso particular, mas é representativa da experiência humana, fica evidente em vários trechos do conto em que o narrador o mostra compreendendo a complexidade da vida a partir de sua própria individualidade. Um dos trechos mais vívidos, que foi reproduzido no livro de Benson e marcado pelo jovem Freyre, descreve exatamente esse elemento comum à história de todos nós: “Quão insignificantes, no momento, parecem as influências das coisas sensíveis que são lançadas e caem sobre nós, de algum modo, no ambiente de nossa primeira infância. Quão indelevelmente, depois descobrimos, elas nos afetam”. Gradual e irrevogavelmente elas se imprimem nas nossas almas, como em uma “cera mole”, ou um “papel em branco”, diz Pater (Benson, 1911, p.5).

Além das formas de pensar e sentir que “para sempre habitarão conosco”, diz o narrador, esse processo de “construção mental” faz também que se desenvolva “um sentido de casa especialmente forte”, que constitui “um motivo poderoso para todos nós”. Tornando-se uma espécie de “relicário material ou santuário do sentimento”, a casa onde crescemos – seja ela a tipicamente inglesa com aconchegantes “cortina branca e abat-jour” ou a “tenda” que o nômade árabe “desmonta toda manhã” – se imõe como um “simbolismo vivo” que se entrelaça “em

⁶⁶ A discussão a seguir já foi desenvolvida em Pallares-Burke (1997, p.23-9 e 2002, p.827-30).

ossos pensamentos e paixões”, daí se seguindo que todo o nosso relacionamento com o mundo estará para sempre profundamente marcado pelas primeiras experiências que nela vivemos (Pater, 1910a, p.178-9).

Não há como negar as afinidades entre as idéias de “a criança na casa” de Pater e o estudo da “casa-grande” desenvolvido por Freyre em 1933. Transformada num elemento totalizante, que engloba o material e o espiritual, a criança e o adulto, o homem e a mulher, os senhores e os escravos, as coisas grandes e pequeninas, o público e o privado, a casa se impôs na grande obra de 1933 como o elemento central para a compreensão do drama da formação brasileira. A partir de então, Freyre nunca se cansou de afirmar e reafirmar a importância psicossociológica da casa na formação do Brasil e, em especial, da casa-grande no caráter patriarcal da sociedade brasileira. E deixou sempre muito claro que iniciara o estudo deste tema – “da casa em suas relações com a pessoa, por um lado, e com o todo social, por outro” – a partir de um impulso “introspectivo, auto-analítico e até autobiográfico”, que se desdobrara em análise social.

Aqui, no início dos anos 1930, portanto, assistimos ao momento de convergência em que as múltiplas inspirações literárias que Freyre fora acumulando desde muito cedo se casam entre si e com os conhecimentos mais científicos e acadêmicos que ele se interessara em adquirir nos anos anteriores. O momento, por exemplo, em que o aprendido com John Ruskin e William Morris sobre o quanto a arquitetura de uma época evidencia dos valores morais e culturais que a norteiam converge com as idéias dos historiadores alemães Oswald Spengler e Gustav Schmoller sobre casa e cultura.⁶⁷ Ou o momento em que as impressões de Hearn sobre as Índias Ocidentais, que lhe haviam aguçado a sensibilidade para o fenômeno da miscigenação, convergem com as discussões de Roquette-Pinto e Franz Boas sobre a falta de fundamentação científica para a tese da degeneração dos mestiços. Enfim, o momento em que sua notável habilidade de consumir e transformar os conhecimentos e sugestões que adquiria vai se revelar como nunca antes, habilitando-o a fornecer

ao brasileiro um “cartão de identidade” do qual, pela primeira vez, podia orgulhar-se (Ortiz, 1985).

Já foi lembrado no início deste trabalho que assim como Chesterton tivera de viajar para longe da Inglaterra para chegar até ela, Freyre tivera de ir, literal e imaginariamente, aos Estados Unidos e à Europa para chegar ao Recife. Curiosamente, então, pode-se dizer que a mudança de percepção, ou imagem, que o Brasil tinha de si mesmo – que de triste e pessimista se tornou orgulhosa e otimista – muito se deve a esse distanciamento de Freyre e às novas perspectivas que as idéias estrangeiras lhe abriram.

O caminho que levou Freyre à “porta” da casa-grande – e que este livro tentou rastrear, seguindo-o também nos pequenos desvios que fez e nos descaminhos e becos sem saída que encontrou ao longo de sua trajetória – coincide também com a culminação de um processo de absorção de idéias britânicas que, acomodadas aos trópicos, iriam ter papel central na criação desse “invento-realidade” ou “quase mito” da sociedade brasileira que, querendo-se ou não, é ainda parte central do imaginário nacional (Cardoso, 2003).⁶⁸ Em outras palavras, por mais paradoxal que possa parecer, Freyre fez que, indiretamente, os ingleses participassem da construção de uma nova “comunidade imaginária” e dessem uma contribuição decisiva à “formação das almas” brasileiras (Anderson, 1983; Carvalho, 1990).

67 Spengler e Schmoller são mencionados no primeiro prefácio de *Casa-grande & senzala* como importantes historiadores que tratam do valor simbólico de “casa” (cf. Freyre, 2002,

68 Para uma séria e perspicaz reflexão sobre os riscos da rejeição do mito social da democracia racial, tal como estaria ocorrendo no Brasil de hoje, ver Fry (2005a).